	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SISEMA Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH		1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 60631 / 2018 Lavrado em Substituição ao AI nº: _____ Vinculado ao: <input type="checkbox"/> Auto de Fiscalização nº _____ de _____ de _____ <input checked="" type="checkbox"/> Boletim de Ocorrência nº 049.437.977 de 07/11/2018								
	3. Órgão Responsável pela lavratura: <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> SGRAI <input type="checkbox"/> SUCFIS <input checked="" type="checkbox"/> PMMG		Local: ITUIUTABA-MG Dia: 05 NOVEMBRO 2018								
4. Autuado	Nome do Autuado/ Empreendimento: JOÃO GOMES DURAES FILHO										
	Data Nascimento: _____		Nome da Mãe: _____								
	<input checked="" type="checkbox"/> CPF: _____		<input type="checkbox"/> CNPJ: _____								
	Endereço: _____										
5. Outros Envolvidos/ Responsáveis	Nome do 1º envolvido: _____		<input type="checkbox"/> CPF: _____ <input type="checkbox"/> CNPJ: _____								
	Nome do 2º envolvido: _____		<input type="checkbox"/> CPF: _____ <input type="checkbox"/> CNPJ: _____								
6. Descrição Infração	SUPRIMIR UMA AREA DE 25 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA EM AREA COMUM SEM AUTORIZAÇÃO OU LICENÇA DO ORGÃO AMBIENTAL COMPETENTE - II -										
	7. Coordenadas da Infração Geográficas: <input checked="" type="checkbox"/> WGS <input type="checkbox"/> SIRGAS 2000 Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= _____ Y= _____ Latitud. Grau 19 Min 03 Seg 39 Longitud. Grau 49 Min 15 Seg 50 (6 dígitos) (7 dígitos)										
8. Embasamento legal	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
	112	III	301		"A"	47383/18	20922/18				
9. Atenuantes /Agravantes	Atenuantes Nº Artigo/Parágr. Inciso Alínea Redução					Agravantes Nº Artigo/Parágr. Inciso Alínea Aumento					
	(Empty table for atenuantes)					(Empty table for agravantes)					
10. Reincidência <input type="checkbox"/> Genérica <input checked="" type="checkbox"/> Específica <input type="checkbox"/> Não foi possível verificar <input type="checkbox"/> Não se aplica											
11. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade			Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input type="checkbox"/> Redução		Valor Total		
	01		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			75000			75000		
	ERP:		Kg de pescado:			Valor ERP por Kg. R\$	Total: R\$				
	Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$: _____										
	Valor total das multas: 75.000 (SETENTA E CINCO MIL UNIDADES FISCAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS)										
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de _____ dias para atender as recomendações constantes no campo 12, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ _____											
12. Demais penalidades/ Recomendações/ Observações	FOI VERIFICADO NO SISTEMA CAP, REINCIDÊNCIA, BASEADA NO AUTO 75929, ONDE A PENALIDADE TORNOU-SE DEFINITIVA EM 20/06/2018, CONFORME ARTIGO 81 PARAGRAFO 2º, VALOR DA REINCIDENCIA BASEADO NO ARTIGO 83 INCISO 4º CONFORME DECRETO 47383/18. FICAM SUSPENSAS AS ATIVIDADES ONDE OCORREU A INFRAÇÃO. MATERIAL LENHOSO FOI QUEIMADO										
13. Depositário	Nome Completo: _____					<input type="checkbox"/> CPF: _____ <input type="checkbox"/> CNPJ: _____ <input type="checkbox"/> RG: _____					
	Endereço: Rua, Avenida, etc. _____					Nº / km: _____	Bairro / Logradouro: _____	Município: _____			
	UF: _____	CEP: _____	Fone: _____			Assinatura: _____					
O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA 9 CIAMPAMB , NO SEGUINTE ENDEREÇO: AV. HILATON HONORIO DE CASTRO, 291, 8. SANTA MONICA, LIBERLANDIA-MG CEP 38408-154											
14. Assinaturas	01. Servidor (Nome Legível): Wellyden Vilasboas de Faria					MASP: 122254-6		Assinatura do servidor: _____			
	02. Autuado/Representante Autuado (Nome Legível): JOAO GOMES DURAES FILHO					Função/Vínculo com Autuado: PROPRIETARIO		Assinatura do Autuado/Representante: _____			

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 40631 /2018

Local: ITUIUTABA - MG Dia: 05 Mês: NOVEMBRO Ano: 2018 Hora: 17 30

1. Descrição da Infração: SUPRIMIR UMA AREA DE 0,37 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA A MENOS DE 15 METROS EM AREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEM LICENÇA/AUTORIZAÇÃO DO ORGÃO AMBIENTAL COMPETENTE.

2. Coordenadas da Infração: Geográficas: ☒ DATUM: ☒ WGS ☐ SIRGAS 2000 Latitude: 19 03 53 Longitude: 49 15 51
Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= Y= (6 dígitos)

3. Embasamento legal: Artigo 116 Anexo III Código 301 Inciso B Alinea 47583/18 Decreto/ano 2012/13 Lei / ano - Resolução - DN - Port. Nº -

4. Atenuantes /Agravantes: Atenuantes: Nº Artigo/Parág. Inciso Alinea Redução Agravantes: Nº Artigo/Parág. Inciso Alinea Aumento

5. Reincidência: ☐ Genérica ☒ Específica ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP: Infração Porte Penalidade Valor Acréscimo Redução Valor Total
02 ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária 10.000 10.000
ERP: Kg de pescado: Valor ERP por Kg: R\$ Total: R\$
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$
Valor total das multas: R\$ 10.000 DEZ MIL UNIDADES FISCAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de - dias para atender as recomendações constantes no campo 7, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ -

7. Demais penalidades/Recomendações/Observações: FOI VERIFICADO NO SISTEMA CAP REINICIENCIA BASEADA NO AUTO 75929, ONDE A PENALIDADE DE TORNOU-SE DEFINITIVA EM 20/06/18, CONFORME ARTIGO 81 PARAGRAFO 2º, VALOR DA REINICIENCIA BASEADO NO ARTIGO 83 INCISO 4 CONFORME

8. Depositário: Nome Completo: - CPF: - CNPJ: - RG: -
Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: Bairro / Logradouro: Município: UF: CEP: Fone: Assinatura: -

9. Descrição da Infração: -

10. Coordenadas da Infração: Geográficas: ☐ DATUM: ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 Latitude: - - - Longitude: - - -
Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= Y= (6 dígitos)

11. Embasamento legal: Artigo - Anexo - Código - Inciso - Alinea - Decreto/ano - Lei / ano - Resolução - DN - Port. Nº - Órgão -

12. Atenuantes /Agravantes: Atenuantes: Nº Artigo/Parág. Inciso Alinea Redução Agravantes: Nº Artigo/Parág. Inciso Alinea Aumento

13. Reincidência: ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP: Infração Porte Penalidade Valor Acréscimo Redução Valor Total
- ☐ Advertência ☐ Multa Simples ☐ Multa Diária - -
ERP: Kg de pescado: Valor ERP por Kg: R\$ Total: R\$
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$
Valor total das multas: R\$ -
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de - dias para atender as recomendações constantes no campo 15, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ -

15. Demais penalidades/Recomendações/Observações: DECRETO 47383/2018, FICAM SUSPENSAS AS ATIVIDADES ONDE OCORREU A INFRAÇÃO, O MATERIAL LENHOSO FOI QUEIMADO.

16. Depositário: Nome Completo: - CPF: - CNPJ: - RG: -
Endereço: Rua, Avenida, etc. Nº / km: Bairro / Logradouro: Município: UF: CEP: Fone: Assinatura: -

17. Assinaturas: 01. Servidor (Nome Legível): Wellyden Vilissa de Faria MASP: 122254-6
02. Autuado/Representante Autuado (Nome Legível): JOAO GOMES DURAES FIM Função/Vínculo com Autuado: PROPRIETARIO

CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO: Nº 60631 /2018

Local: ITUINUTABA - MG Dia: 05 Mês: NOVEMBRO Ano: 2018 Hora: 17:30

1. Descrição da Infração: REALIZAR QUEIMA CONTROLADA EM UMA ÁREA DE 25 HECTARES SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, ÁREA ESSA OBJETO DA INFRAÇÃO 01.

2. Coordenadas da Infração: Geográficas: DATUM: ☒ WGS ☐ SIRGAS 2000 Latitude: Grau 19 Min 03 Seg 39 Longitude: Grau 49 Min 15 Seg 04

3. Embasamento legal: Artigo: 112 Anexo: III Código: 311 Inciso: 8º Decreto/ano: 47383/18 Lei/ano: 20922/13 Resolução: - DN: - Port. Nº: -

4. Atenuantes/Agravantes: Atenuantes: N° Artigo/Parágraf. Inciso Alinea Redução Agravantes: N° Artigo/Parágraf. Inciso Alinea Aumento

5. Reincidência: ☒ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

6. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP: Infração: 03 Porte: - Penalidade: ☐ Advertência ☒ Multa Simples ☐ Multa Diária Valor: 25.000 Valor Total: 25.000

7. Demais penalidades/Recomendações/Observações: FOI VERIFICADO NO SISTEMA CAP REINCIDÊNCIA BASEADO NO AUTO 75929 ONDE A PENALIDADE TORNOU-SE DEFINITIVA EM 20/06/18, CONFORME ARTIGO 81, PARÁGRAFO 1º, VALOR DA REINCIDÊNCIA BASEADO NO ARTIGO 83.

8. Depositário: Nome Completo: - Nº/km: - Bairro/Logradouro: - Município: - Endereço: Rua, Avenida, etc. - UF: - CEP: - Fone: - Assinatura: -

9. Descrição da Infração: -

10. Coordenadas da Infração: Geográficas: DATUM: ☐ WGS ☐ SIRGAS 2000 Latitude: Grau Min Seg Longitude: Grau Min Seg

11. Embasamento legal: Artigo Anexo Código Inciso Alinea Decreto/ano Lei/ano Resolução DN Port. Nº Órgão

12. Atenuantes/Agravantes: Atenuantes: N° Artigo/Parágraf. Inciso Alinea Redução Agravantes: N° Artigo/Parágraf. Inciso Alinea Aumento

13. Reincidência: ☐ Genérica ☐ Específica ☐ Não foi possível verificar ☐ Não se aplica

14. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP: Infração: - Porte: - Penalidade: ☐ Advertência ☐ Multa Simples ☐ Multa Diária Valor: - Valor Total: -

15. Demais penalidades/Recomendações/Observações: ALÍNEA 4, CONFORME DECRETO 47383/18, FICAM DISPENSAS AS ATIVIDADES NA ÁREA ONDE OCORREU A INFRAÇÃO. O MATERIAL LENHOSO FOI QUEIMADO

16. Depositário: Nome Completo: - Nº/km: - Bairro/Logradouro: - Município: - Endereço: Rua, Avenida, etc. - UF: - CEP: - Fone: - Assinatura: -

17. Assinaturas: 01. Servidor (Nome Legível): Wellington Vilas Boas de Faria MASP: 122254-6 02. Autuado/Representante Autuado (Nome Legível): JOAO GOMES DURAES FILHO Função/Vínculo com Autuado: PROPRIETARIO

1ª Via Branca Autuado - 2ª Via Verde Processo Administrativo



SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA MILITAR

Nº 2018-049474923-001

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

FI



UNIDADE RESPONSÁVEL PELO REGISTRO 3 GP/1 PEL MAMB/9 CIA PM MAMB/BPM MAMB		MUNICÍPIO ITUJUBA	
UNIDADE DE ÁREA RESPONSÁVEL UNIDADE MILITAR 4 PEL/255 CIA PM/54 BPM/9 RPM			
UNIDADE POLICIAL 9ª DELEGACIA DE POLICIA CIVIL/ITUJUBA			
DATA DO REGISTRO 05/11/2018 17:28		DESTINATÁRIO DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE PLANTAO/ITUJUBA	
ORIGEM DA COMUNICAÇÃO			
COMO FOI SOLICITADO O ATENDIMENTO DA OCORRÊNCIA DEPAROU COM A OCORRENCIA (INICIATIVA)		DATA DA COMUNICAÇÃO 05/11/2018	HORA DA COMUNICAÇÃO 17:16
DADOS DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE			
PROVÁVEL DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA PRINCIPAL N32305 - EXPLORAR FLORESTAS VEG AREA PRESERVACAO PERMAN S/AUT			
ALVO DO EVENTO FAZENDA		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	
DATA/HORA DO FATO 05/11/2018 17:16		DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO 08/11/2018 10:30	DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO 08/11/2018 10:38
DESCRIÇÃO DO LUGAR FAZENDA		COMPL DE LOCAL MEDIATO FAZENDA	
LOCAL (AV, RUA, ETC) SETOR RURAL ITUJUBA			
NUMERO S/N	KM XXXX	COMPLEMENTO XXXX	BAIRRO / VILA XXXX
MUNICÍPIO ITUJUBA		UF MG	PAIS BRASIL
PONTUAÇÃO DE REFERÊNCIA XXXX		LATITUDE -18° 54' 39,3"	LONGITUDE -49° 30' 3,28"
TIPO VIA XXXX		MEIO UTILIZADO MEIO UTILIZADO - IGNORADO	
CAUSA PRESUMIDA IGNORADO			
QUALIFICAÇÃO DOS ENVOLVIDOS			
ENVOLVIDO 1			
SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO AUTOR	TIPO DE PESSOA FISICA	COD. NATUREZA N32305
DESCRIÇÃO NATUREZA EXPLORAR FLORESTAS VEG AREA PRESERVACAO PERMAN S/AUT		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	
NOME COMPLETO JOAO GOMES DURAES FILHO			
NACIONALIDADE BRASILEIRA		NATURALIDADE / UF XX	
IDADE APARENTE 50	GRAU DA LESÃO SEM LESOES APARENTES	ESTADO CIVIL SEPARADO JUDICIALMENTE	
ORIENTAÇÃO SEXUAL IGNORADO		IDENTIDADE DE GÊNERO NAO SE APLICA	
CUTIS BRANCA		OCUPAÇÃO ATUAL PRODUTOR RURAL	
TIPO DO DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO CARTEIRA DE IDENTIDADE CIVIL			
ORGÃO EXPEDIDOR XXXX		UF MG	
ESCOLARIDADE ENSINO MEDIO COMPLETO (2º GRAU)			
NÚMERO (AV, RUA, ETC) [REDACTED]			
PRISÃO / APREENSÃO SEM PRISAO		HOVEU USO DE ALGEMAS / IMOBILIZAÇÃO DE ENVOLVIDOS ? NÃO	
ENVOLVIDO 2			
SEXO MASCULINO	TIPO ENVOLVIMENTO TESTEMUNHA DA AÇÃO DOS POLICIAIS/BOMBEIROS	TIPO DE PESSOA FISICA	COD. NATUREZA N32305
DESCRIÇÃO NATUREZA EXPLORAR FLORESTAS VEG AREA PRESERVACAO PERMAN S/AUT		TENTADO / CONSUMADO CONSUMADO	

DIGITADOR: PM1136779

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM1136175

08/11/2018 11:03

Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 08:13.
Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 10:27.

Registro sujeito a alterações até o dia 09/11/2018 10:38



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Fl. 2/7

ENVOLVIDO 2

NOME COMPLETO		
LAECIO RODRIGUES DA SILVA		
NACIONALIDADE	BRASILEIRA	
IDADE APARENTE	51	
ORIENTAÇÃO SEXUAL	IGNORADO	
IDENTIDADE DE GÊNERO	NAO SE APLICA	
CUTIS	PARDA	
Ocupação Atual	PRODUTOR RURAL	
ESCOLARIDADE		
ENSINO MEDIO COMPLETO (2º GRAU)		
NUMERO	KM	COMPLEMENTO

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

EM ATENDIMENTO A DENÚNCIA DE DESMATE ILEGAL E QUEIMA DE PRODUTO FLORESTAL SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE REALIZADA EM UMA PROPRIEDADE RURAL DENOMINADA FAZENDA SÃO LOURENÇO, POR UMA PESSOA CHAMADA JOÃO GOMES DURAES FILHO, DESLOCAMOS AO IMÓVEL RURAL OBJETO DA DENÚNCIA PARA VERIFICAR OS FATOS NOTICIADOS.

ASSIM, NO DIA 22/10/2018 FOI PROCEDIDA VISTORIA IN LOCO NA PROPRIEDADE RURAL FAZENDA SÃO LOURENÇO SITUADA NA ZONA RURAL DE ITUIUTABA/MG, ONDE FOI VERIFICADO QUE JUNTO AS COORDENADAS LATITUDE 19°03'39"S, LONGITUDE 49°15'50.0"W, FOI REALIZADA A SUPRESSÃO DE 25 HECTARES DE MATA NATIVA, TIPOLOGIA VEGETAL CAMPO CERRADO, EM ÁREA COMUM.

VERIFICOU-SE, TAMBÉM QUE, FOI REALIZADA UMA INTERVENÇÃO AMBIENTAL NO ENTORNO DE UMA ÁREA DE NASCENTE EM QUE HÁ O AFLORAMENTO NATURAL DO LENÇOL FREÁTICO, QUE DÁ INÍCIO A UM CURSO D'ÁGUA SEM DENOMINAÇÃO, AFLUENTE DO CURSO D'ÁGUA DENOMINADO RIBEIRÃO LOURENÇO (A MENOS DE 15 METROS), COORDENADAS GEOGRÁFICAS LATITUDE 19°03'53S LONGITUDE 49°15'51W, POR MEIO DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM UMA ÁREA DE 0,37 HECTARES CONSIDERADA PRESERVAÇÃO PERMANENTE APP NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, XVI E ARTIGO 9º, IV DA LEI Nº 20.922/2013.

ALÉM DISSO, FOI VERIFICADO QUE NAS COORDENADAS LATITUDE 19°03'39"S, LONGITUDE 49°15'50"W, A VEGETAÇÃO NATIVA SUPRIMIDA ESTAVA SENDO QUEIMADA EM UMA ÁREA DE 25 HECTARES E, POSTERIORMENTE, ENTERRADA, O QUE RESTOU VERIFICADO POR HAVER NOTÓRIOS SINAIS DE QUEIMADA, MOVIMENTAÇÃO DE TERRA E EXPOSIÇÃO DE ÁRVORES QUE SE ENCONTRAVAM PARTE ENTERRADAS E PARTES EXPOSTAS.

CUMPRE INFORMAR QUE NO MOMENTO DO ATO FISCALIZATÓRIO O PROPRIETÁRIO/ARRENDATÁRIO NÃO SE FAZIA PRESENTE NA PROPRIEDADE RURAL. DESSA FORMA, FOI REALIZADA DILIGÊNCIA EM DATA DE 22/10/2018 COM O INTUITO DE LOCALIZAR O RESPONSÁVEL PELAS INTERVENÇÕES AMBIENTAIS COM O OBJETIVO DE VERIFICAR A SUA REGULARIDADE. DO EXPOSTO, FOMOS INFORMADOS PELOS MORADORES DA REGIÃO QUE A PROPRIEDADE PERTENCE AO SENHOR JOÃO GOMES DURAES FILHO.

ASSIM SENDO, REALIZAMOS NO DIA 24/10/2018 CONTATO PESSOAL COM O SR. JOÃO GOMES DURAES FILHO, O QUAL FOI INTIMADO A COMPARECER NA SEDE DO 3º GRUPAMENTO DE POLÍCIA DE MEIO AMBIENTE PARA A APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS AMBIENTAIS DO IMÓVEL OBJETO DA FISCALIZAÇÃO/DENÚNCIA, BEM COMO PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS OCORRIDOS.

EM 05/11/2018 O SENHOR JOÃO GOMES DURAES FILHO COMPARECEU A SEDE DO 3º GRUPAMENTO EM ATENDIMENTO A INTIMAÇÃO. NA OCASIÃO, JOÃO GOMES DURAES FILHO NOS RELATOU QUE É O RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL, BEM COMO QUE NÃO POSSUÍA NENHUM ATO AUTORIZATIVO ALUSIVO AS INTERVENÇÕES AMBIENTAIS. FOI APRESENTADO POR JOÃO GOMES DURAES FILHO OS DOCUMENTOS QUE SE SEGUEM:

- AUTORIZAÇÃO DE CARÁTER EMERGENCIAL Nº 001/18, EXPEDIDA EM 06 DE JULHO DE 2018, PELO COORDENADOR DO NÚCLEO DE APOIO REGIONAL NAR/ITUIUTABA, EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA, CUJO DOCUMENTO AUTORIZA A RECUPERAÇÃO DA ESTRADA MUNICIPAL 334, NA REGIÃO DO SÃO LOURENÇO ENTRE AS COORDENADAS UTM 22K X=683.072-E Y=7.891.534-N A X= 682.760-E Y= 7.889.803-N, PARA FINS DE ALOJAMENTO E ATERRAMENTO DO LEITO DA ESTRADA MUNICIPAL, INCLUSIVE COM A SUPRESSÃO DE PARTE DA VEGETAÇÃO AS MARGENS DA ESTRADA;

- MATRÍCULA DO IMÓVEL RURAL Nº 1.204, DENOMINADO FAZENDA SÃO LOURENÇO, REGISTRADA EM NOME DO ESPÓLIO DE MAURO ANTONIO JUNQUEIRA (LOCAL DAS INTERVENÇÕES REALIZADAS);

DIGITADOR: FM1136779

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: FM1136175

08/11/2018 11:03

Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 08:13.
Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 10:27.

Registro sujeito a alterações até o dia 09/11/2018 10:38



HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE

- INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA CUMULADA COM CESSÃO DE CONTRATO COM CLÁUSULA DE IRRETRATABILIDADE IRREVOGABILIDADE EM QUE FIGURA COMO PROMITENTE VENDEDOR O SENHOR JOÃO GOMES DURÃES FILHO.

- RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR MG 3134202-8EC2.5650,E09A.40E0.95CD.A377.2F49.8867.

ANTE O EXPOSTO, EM ANÁLISE A DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA RESTOU VERIFICADO QUE:

- A ÉPOCA DOS FATOS JOÃO GOMES DURÃES FILHO ERA SENHOR E LEGÍTIMO POSSUIDOR DO IMÓVEL RURAL EM QUE FORAM CONSTATADAS AS INTERVENÇÕES AMBIENTAIS (ESPÓLIO DE MAURO ANTONIO JUNQUEIRA), CONFORME CONSTA NA CLÁUSULA PRIMEIRA NO INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA CUMULADA COM CESSÃO DE CONTRATO.

- VERIFICOU-SE QUE A ÁREA AUTORIZADA PELA AUTORIZAÇÃO EMERGENCIAL CONCEDIDA AO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG, NÃO CONTEMPLAVA AS INTERVENÇÕES REALIZADAS POR JOÃO GOMES DURÃES FILHO RELATADAS NESSE REGISTRO DE DEFESA SOCIAL (REDS), ASSIM SENDO, PORTANTO, AS INTERVENÇÕES FEITAS POR JOÃO GOMES DURÃES FILHO NÃO ESTAVAM ACOBERTADAS PELO DEVIDO DOCUMENTO AUTORIZATIVO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL (DAIA).

- A PROPRIEDADE ESTÁ REGISTRADA NO CAR MG 3134202-8EC2.5650,E09A.40E0.95CD.A377.2F49.8867.

DESTA FEITA, COM BASE NO DECRETO 47.383/2018, ARTIGO 112, ANEXO III, FOI LAVRADO O AUTO DE INFRAÇÃO COM 02 (DUAS) FOLHAS DE CONTINUAÇÃO;

01 - AUTO DE INFRAÇÃO DE Nº 60631/2018, CÓDIGO 301 ALÍNEA "A", NO VALOR DE 75.000 UFEMG, REFERENTE À SUPRESSÃO DE 0,0 HECTARES EM ÁREA COMUM SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE;

02 - FOLHA DE CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO NR 60631/2018, CÓDIGO 301 ALÍNEA "B" NO VALOR DE 10.000 UFEMG, REFERENTE À SUPRESSÃO DE 0,37 HECTARES DE VEGETAÇÃO NATIVA A MENOS DE 15 METROS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE SEM A PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, COORDENADAS LATITUDE 19°03'53"S, LONGITUDE 49°15'51"W;

03 - FOLHA DE CONTINUAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO NR 60631/2018, CÓDIGO 311 ALÍNEA "B" NO VALOR DE 25.000 UFEMG REFERENTE A QUEIMA CONTROLADA SEM AUTORIZAÇÃO EM UMA ÁREA DE 25 HECTARES NAS COORDENADAS 19°03'39"S, LONGITUDE 49°15'50"W. FICAM SUSPENSAS AS ATIVIDADES NO IMÓVEL ATÉ A REGULARIZAÇÃO JUNTO AO ÓRGÃO COMPETENTE.

INFORMO-VOS AINDA QUE FOI VERIFICADO NO SISTEMA CAP (CONTROLE DE AUTOS PROCESSADOS), REINCIDÊNCIA PELO MESMO FATO, BASEADO NO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 75929/2108, ONDE A PENALIDADE TORNOU-SE DEFINITIVA EM 20/06/2018, CONFORME ARTIGO 81, §2º, DECRETO 47383/2018.

RESSALTA-SE QUE A CONDUTA DE SUPRIMIR VEGETAÇÃO NATIVA CONSIDERADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PRATICADA POR JOÃO GOMES DURÃES FILHO, AMOLDA-SE NO ILÍCITO PENAL AMBIENTAL PREVISTO NO ARTIGO 38 DA LEI Nº 9.605/98 (LEI DE CRIMES AMBIENTAIS), CUJA PENA PREVISTA É DE DETENÇÃO DE 01 (UM) A 03 (TRÊS) ANOS. ASSIM SENDO, O PRESENTE REDS SERÁ ENCAMINHADO A POLÍCIA JUDICIÁRIA PARA PROVIDÊNCIAS DECORRENTES.

Perícia Técnica

PERÍCIA TÉCNICA COMPARECEU?	PREFÍXO DA VIATURA	PLACA DA VIATURA	PERITO (MATRÍCULA - NOME)
NÃO	XXXX	XXXX	XXXX - XXXX

MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO

X

VIATURAS

VIATURA 1

TIPO DA VIATURA	ORGÃO
PRINCIPAL	POLÍCIA MILITAR

DESCRIÇÃO / OBSERVAÇÃO

CAMIONETA -

PLACA	PREFÍXO / ORGÃO	REGISTRO GERAL	PREFÍXO PADRÃO	PROBLEMAS DURANTE O ATENDIMENTO
PUE8883	PM	25179	XXXX	XXXX

MILITARES/POLICIAIS INTEGRANTES

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1136779	3 SARGENTO

NOME COMPLETO

CHARLES ALFREDO PAIVA

CORPORAÇÃO

POLÍCIA MILITAR

UNIDADE

3 GP/1 PEL MAMB/9 CIA PM MAMB/BPM MAMB

Hipotecado?

NÃO

DIGITADOR: PM1136779

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM1136175

08/11/2018 11:03

Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 08:13.

Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 10:27.

Registro sujeito a alterações até o dia 09/11/2018 10:38



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

FI. 4/7

MILITAR/POLICIAL INTEGRANTE

NUM VIATURA	MATRÍCULA	CARGO
1	1222546	3 SARGENTO
NOME COMPLETO		
WELLYDEN ULISSES DE FARIA		
CORPORAÇÃO		
POLICIA MILITAR		
UNIDADE	Hiptecado?	
3 GP/1 PEL MAMB/9 CIA PM MAMB/BPM MAMB	NÃO	

DADOS PARA CONTROLE INTERNO/RELATOR DA OCORRÊNCIA

UNIDADE	
3 GP/1 PEL MAMB/9 CIA PM MAMB/BPM MAMB	
MATRÍCULA	NOME COMPLETO
1136779	CHARLES ALFREDO PAIVA
CARGO	
3 SARGENTO	
CORPORAÇÃO	
POLICIA MILITAR	
ASSINATURA	

RECIBO DA AUTORIDADE A QUE SE DESTINA OU SEU AGENTE / AUXILIAR POLICIAL
OU RECIBO DO RESPONSÁVEL CIVIL

DESTINATÁRIO / RECIBO 1

Recebi o "Boletim de Ocorrência" de Número BO XXXX e Número de REDS 2018-049474929-001 para conhecimento e providências, bem como as pessoas, materiais, objetos, animais, substâncias e/ ou documentos que, existindo, estejam descritos ou assinalados neste documento.

DATA	HORA	MATRÍCULA	NOME
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
CARGO	XXXX		
ÓRGÃO/UF	POLICIA CIVIL / MG		
UNIDADE	DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE PLANTAO/ITUIUTABA		
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE	XXXX		
ITENS ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO	XXXX		
ASSINATURA			

RECIBO GERADO POR:
PM1136779 - CHARLES ALFREDO PAIVA

DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
07/11/2018 16:35

DESTINATÁRIO / RECIBO 2

DATA	HORA	MATRÍCULA	NOME
XXXX	XXXX	XXXX	XXXX
CARGO	XXXX		
ÓRGÃO/UF	POLICIA MILITAR / MG		
UNIDADE	1 PEL MAMB/9 CIA PM MAMB/BPM MAMB		
PROVIDÊNCIA A SER TOMADA PELA AUTORIDADE	XXXX		
ITENS ENTREGUES A ESTE DESTINATÁRIO	XXXX		
ASSINATURA			

RECIBO GERADO POR:
PM1136779 - CHARLES ALFREDO PAIVA

DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
07/11/2018 16:35

ANEXO MEIO AMBIENTE

NOME DO LOCAL	BACIA HIDROGRÁFICA
FAZENDA SÃO LOURENÇO	RIO PARANAIBA
DESCRIÇÃO DA AÇÃO	REPRESSIVA
XXXX	

DIGITADOR: PM1136779

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM1136175
08/11/2018 11:03

Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 08:13.
Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 10:27.
Registro sujeito a alterações até o dia 09/11/2018 10:38



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Fl. 5/7

AUTUAÇÕES E PROCEDIMENTOS

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 1

ENVOLVIDO NR. 1	NATUREZA DA AUTUAÇÃO EXPLORAR FLORESTAS VEG AREA PRESERVACAO PERMAN S/AUT	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI 60631	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$) 81.285
Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI XXXX	Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPOSITO - TAD XXXX	Nº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR XXXX	VALOR DO ERF (R\$) XXXX
NUMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS XXXX			
Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA DATA XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA HORA XXXX	LOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO XXXX
FORMULÁRIOS UTILIZADOS SEMAD - IEF			
DESCRIÇÃO OUTROS XXXX			



AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 2

ENVOLVIDO NR. 1	NATUREZA DA AUTUAÇÃO EXPLORAR FLORESTAS VEG AREA PRESERVACAO PERMAN S/AUT	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI 60631	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$) 32.514
Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI XXXX	Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPOSITO - TAD XXXX	Nº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR XXXX	VALOR DO ERF (R\$) XXXX
NUMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS XXXX			
Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA DATA XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA HORA XXXX	LOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO XXXX
FORMULÁRIOS UTILIZADOS SEMAD - IEF			
DESCRIÇÃO OUTROS XXXX			

AUTUAÇÃO/PROCEDIMENTO 3

ENVOLVIDO NR. 1	NATUREZA DA AUTUAÇÃO EXPLORAR FLORESTAS VEG AREA PRESERVACAO PERMAN S/AUT	Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO - AI 60631	VALOR DO AUTO DE INFRAÇÃO (R\$) 24.385,5
Nº DO TERMO DE EMBARGO E INTERDIÇÃO - TEI XXXX	Nº DO TERMO DE APREENSÃO E DEPOSITO - TAD XXXX	Nº DA GUIA DE RECOLHIMENTO - GR XXXX	VALOR DO ERF (R\$) XXXX
NUMEROS DOS TERMOS DE DOAÇÃO E SOLTURA - TDS XXXX			
Nº DA NOTIFICAÇÃO - NOT XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA DATA XXXX	NOTIFICAÇÃO PARA HORA XXXX	LOCAL PARA COMPARECIMENTO DO NOTIFICADO XXXX
FORMULÁRIOS UTILIZADOS SEMAD - IEF			
DESCRIÇÃO OUTROS XXXX			

DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
07/11/2018 16:35DATA DE CRIAÇÃO DO RECIBO:
07/11/2018 16:35

DIGITADOR: PM1136175

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM1136175
08/11/2018 11:03GERADO POR: PM1136175
08/11/2018 11:03Registro reaberto para correção/complementação em: 08/11/2018 08:13
Registro reaberto para correção/complementação em: 08/11/2018 10:27
Registro sujeito a alterações até o dia 09/11/2018 10:38



SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA MILITAR

Nº 2018-049474929-001

BOLETIM DE Ocorrência

Fl. 6/7

FOTOS DE MEIO AMBIENTE

FOTO MEIO AMBIENTE 1



FOTO MEIO AMBIENTE 1



DIGITADOR: PM1136779

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM1136175

Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 08:13.

Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 10:27.

08/11/2018 11:03

Registro sujeito a alterações até o dia 09/11/2018 10:38



SISTEMA INTEGRADO DE DEFESA SOCIAL - POLICIA MILITAR

Nº 2018-049474929-001

BOLETIM DE Ocorrência

Fl. 7/7

FOTO MEIO AMBIENTE 1



***** FIM DOS ANEXOS: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****

***** FIM DO REGISTRO: O RESTANTE DA PÁGINA DEVE SER INUTILIZADO. *****

DIGITADOR: PM136779

REGISTRO PENDENTE DE RECIBO ELETRÔNICO

GERADO POR: PM136175
08/11/2018 11:03

Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 08:13.
Registro reaberto para correção/complementação em 08/11/2018 10:27.
Registro sujeito a alterações até o dia 09/11/2018 10:38

EXMO. DD. SR. Diretor da SUPRAM-TM
Setor de Recursos Administrativos
SEMAD/SUPRAM TRIANGULO NAI
Praça Tubal Vilela 03,
Centro
CEP 38 400 186
Uberlândia MG

Referente ao AUTO DE INFRAÇÃO 60631/2018
Boletim de Ocorrência 049747929 de 05/11/2018

JOÃO GOMES DURÃES FILHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF n.º [REDACTED] portador do [REDACTED], residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba - MG, na Av. [REDACTED], via de sua advogada e procuradora abaixo assinada, Dora Marquez Peres Drummond, brasileira, casada, OAB/MG 93.333, com escritório profissional nesta cidade na [REDACTED], **onde deverá receber as devidas intimações**, vem, respeitosamente, à presença de V. Sra., no tempestivamente, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** contra **DECISÃO QUE MANTEVE A PENALIDADE DE MULTA** constante no *AUTO DE INFRAÇÃO N.º 60631/2018*, de 05 de novembro de 2018, infração ao artigo 112, anexo III, código 301, alínea "a" do Decreto 47 383/18 Lei 20922/13, a fim de que seja o mesmo declarado nulo e sem nenhum efeito, face aos fundamentos de fato e de direito que passa a expor:

Que conforme Ofício/Decisão proferida por esta Superintendência, houve por bem decidir pelo não acolhimento dos argumentos apresentados pelo Autuado em sua defesa, face à ausência de fundamentos de fato e de direito que justificassem o acolhimento das argumentações apresentadas e tendo em vista estar o Auto de Infração em conformidade com os requisitos formais e na legislação vigente. (documento anexo).



Que analisando a decisão proferida no documento anexo, podemos concluir que trata-se de uma decisão previamente elaborada, onde os julgadores trocam apenas os dados pessoais sem analisar o mérito de forma particular.

O presente caso traz peculiaridades que exigem uma análise individual e diferenciada, ondem é fundamental o deferimento de perícia técnica e oitiva de testemunhas.

A simples alegação de que o agente policial tem fé pública, não pode ser suficiente para multar o ora Recorrente sem o direito do contraditório.

Desde já requer seja a presente defesa analisada de fato, com a intimação das testemunhas e deferimento de perícia, o que desde já requer.

Para clarear o convencimento de V. Sr^a vamos aos fatos.

I – Breve síntese dos fatos e sucintas considerações

Foi lavrado o auto de nº. 60631/2018 por supostas irregularidades, descrita da seguinte forma:

Auto de infração nº. 60631/2018

Item 6(primeira folha) - “Suprimir uma área de 25 hectares de vegetação nativa em área comum sem autorização ou licença do órgão ambiental competente.”

A lavratura dos referido auto teve como embasamento legal os artigos 112, anexo III, código 301, alínea “a” decreto 47.383/18 Lei 20922/13.

Item 1(segunda folha) - “Suprimir uma área de 0,37 hectares de vegetação nativa a menos de 15 metros em área de preservação permanente sem autorização ou licença do órgão ambiental competente.”

A lavratura dos referido auto teve como embasamento legal os artigos 112, anexo III, código 301, alínea “b” decreto 47.383/18 Lei 20922/13.

Item 1 (terceira folha) - “Realizar queimada controlada em uma área de 25 hectares sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, área essa objeto da infração 01.”

A lavratura dos referido auto teve como embasamento legal os artigos 112, anexo III, código 301, alínea “b” decreto 47.383/18 Lei 20922/13.



Por conseguinte, foi imposta de plano, a penalidade de multa consecutivamente de R\$ 75.000 (setenta e cinco mil UFEMGs)

R\$ 10.000 (dez mil UFEMGs)

R\$ 25.000 (vinte e cinco mil UFEMGs)

O alegado no Auto de Infração não retrata a verdade dos fatos, segundo relato do ora recorrente e que pode ser comprovado através de prova testemunhal, o que desde já requer.

Dois policiais do meio ambiente chegaram na propriedade objeto do auto de infração e ao verem que o recorrente estava gradeando uma área de pastagem, abordaram o mesmo solicitando a quantia de R\$ 10.000, 00, para que o mesmo evitasse ter “problemas”.

O recorrente argumentou com os policiais que ele não teria problemas, pois não estava fazendo nada irregular, afirmando que estava fazendo uma reforma de pasto e “bolsões” necessários para preservar o meio ambiente e evitar o assoreamento.

No dia seguinte, os policiais retornaram e falaram para o recorrente que ele tinha mesmo que dar o dinheiro, que o fim de ano estava chegando, que eles precisavam fazer a “caixinha” e que era melhor para todos que fosse resolvido dessa forma.

Como o recorrente se recusou a dar o dinheiro, os policiais fizeram o Auto de Infração em questão, motivo do presente recurso.

O recorrente estava gradeando a propriedade para efetuar a reforma do pasto, o que pode ser comprovado através das fotografias anexas.

Na área onde foi feita a autuação e que consta no AI como área de vegetação nativa, não passa de um pasto com “braquiaria” o que pode ser comprovado com o laudo do IEF que não autorizou a reserva legal naquela área, tendo em vista que a mesma não é passível de regeneração.



No Laudo elaborado por profissional com ART e Mapa, pode ser comprovado o alegado acima, senão vejamos:

1- "DA VISTORIA

.Na data de 16/11/2018,por solicitação do Proprietário do imóvel acima descrito, a fim de proceder vistoria para elaboração de laudo técnico com parecer referente a área de Reserva Legal e demais serviços executados na propriedade, onde em sua companhia fizemos visitas 'in-loco' para comprovação do estágio das construções, reforma de pastagens e cercas e outros, onde fotografamos e colhemos informações para embasamento nos comentários e conclusão que segue abaixo, a saber:

. A propriedade é objeto da matrícula 1.204 do 1º SRI de Ituiutaba-MG, com área total de 720,9072 hectares, tendo juridicamente como proprietários Lusía Franco Junqueira e Mauro Antônio Junqueira, os quais com 50% do imóvel cada, ou seja, 360,4536 hectares para cada.

.A área encontra-se em sua totalidade Georreferenciada edevidamente dividida em duas glebas distintas, contudo ainda não registrada por motivos de ser objeto de Inventario e o mesmo encontra-se em curso na Justiça, por conta do falecimento de Mauro Antônio Junqueira, cuja sua parte, através de sua herdeira, foi vendida ao João Gomes Durães Filho,interessado na elaboração deste laudo, através de Contrato de Compra e venda.

. A área de cobertura vegetaldestinada a Reserva Legal correspondente a compra de 50% da propriedade é devidamente averbada com área de 72,09ha, possuindo ainda mais 26,56ha de cerrado remanescente, o qual conforme as leis ambientais pode ser suprido, através de projeto de supressão com destoca junto ao Órgão IEF local de Ituiutaba-MG. Possui ainda18,19ha em área de APP Nativa e de Brejo e 27,40ha em APP em Regeneração, fechando a área de uso de solo com 195,3036ha em pastagens, 14,71ha em cultura de Eucalipto e 06,20ha em área de estradas e construções.





. As áreas em APPs e áreas de Reserva legal de Cerrado Nativo e a área remanescente de Cerrado Nativo encontram-se devidamente preservadas, com cerca em parte e parte a cercar. Contudo onde não há cerca não há possibilidade de acesso de animais (bovinos), devido às condições do terreno, ou seja, lugares de grotas, vegetação muito densa e outros úmidos.

. Encontra-se em curso a construção de uma nova sede e barracão para depósito, em virtude das existentes estarem em péssimo estado de conservação, não compensando uma reforma, preferindo assim a demolição das mesmas. A construção de cercas vem sendo realizada gradativamente, de acordo com o cronograma físico da administração, uma vez que o custo da construção é relativamente muito alto, porém as reformas são cotidianas, com supervisão diária dos funcionários, evitando assim que os animais adentrem as áreas vizinhas e em áreas de APP dentro da propriedade.

. Na propriedade adotam medidas na conservação do solo através de marcação e construção de curvas de nível ou terraço, facilitando assim a infiltração da água no solo, evitando-se de forma sistemática as erosões laminares e outras, bem como prevenção sistemática contra incêndios, através de realizações de aceiros nas cercas e inspeção periódica da área no sentido de proibição total para caça e pesca ou outra atividade predatória, bem como combate sistemático no controle de formigas e plantas daninhas.

. Não fora encontrado nenhuma evidência de caça a animais silvestres e de pesca de forma intensiva e predatória (redes, tarrafas, etc), assim como irregularidades relacionadas com o manejo da vegetação nativa e APPs.

. No mapa em anexo, mostra a distribuição geral do uso do solo, como pode ser comprovado o proprietário visando viabilizar o empreendimento, organizou um cronograma que constituiu em adotar técnicas agronômicas para renovação de pastagens, utilizando da técnica de roço através de roçadeiras apropriadas para áreas mais degradadas e sujas, que somaram 14,57ha, cujas mesmas degradadas há anos, porém com pastagens de má qualidade, com predominância de plantas daninhas





as pastagens, destacando o capim rabo de burro e lobeiras, tornando muito baixa a porcentagem de unidade animal por hectares.

.Com as técnicas de roço, gradagem, bem como adubação do solo, plantio de sementes certificadas, a propriedade proporciona uma excelente alimentação em quantidade e qualidade nutritiva aos animais, lembrando que o sistema de pastejo contínuo os animais permanecem na área de pastagens durante todo ano.

.Na área gradeada podemos comprovar que todo manejo de conservação de solo foi aplicado, com construção de bolsões, curvas de nível em parte da área, bolsões as margens da estrada vicinal, bem como adubação no plantio.

.Verificamos também em pontos isolados o vestígio de queima de restos de árvores secas de pequeno porte, juntamente com cipós, os quais para manejo adequado há a necessidade de amontoar lhes, de forma a não trazer risco a acidentes quando dos trabalhos dos operadores de máquinas.

2- CONCLUSÃO

Isso acima exposto, concluímos que para a viabilidade econômica da propriedade, manejo adequado das pastagens, conservação de solo e proteção das reservas legais e APPs, os trabalhos executados na propriedade foram de grande valia técnico-econômica, lembrando que todos feitos contribuem em muito para o meio ambiente, no que podemos destacar a contribuição dos bolsões e curvas de nível que evitar as erosões, protegendo de forma sistemática o assoreamento dos córregos e nascentes, melhora a infiltração de água no solo, enriquecendo o lençol freático da área.

Salientamos ainda que a propriedade encontra-se dentro dos padrões exigido pelo meio ambiente, cuja área há um excedente de Cerrado Nativo em 26,56 hectares, além de 45,59ha em áreas de APPs e ainda 14,71ha em Cultura de Eucalipto, os quais já com plantas adultas, bem como a área de 72,09ha averbado em Reserva Legal, o que somados todos estas áreas, representa um percentual de aproximadamente de mais de 44,08% da ocupação do solo em áreas destinadas ao meio ambiente,





ou seja, menos de 56% de área consolidada para desenvolvimento do empreendimento econômico da propriedade.

Ademais, com todo empenho em tornar-se viável a exploração de bovinocultura de criação extensiva, fica claro e comprovado que a ação tomada pelo proprietário é de caráter único e objetivo, de integrar desenvolvimento sustentável com ganho econômico, haja vista que sem estas feitas a propriedade tornaria totalmente improdutiva, causando sérios prejuízos aos proprietários."

Assim resta comprovado com a vasta documentação anexa que não houve qualquer tipo de supressão de área de vegetação nativa.

O que ocorreu foi uma reforma de pasto, o que foi devidamente provado com a documentação anexa.

O procedimento dos policiais do meio ambiente foi arbitrário, autoritário e ilegal, ferindo todos os princípios morais e constitucionais.

"Concessa maxima venia", a pretensão supra não pode prosperar, eis que desconectada da verdade dos fatos, bem como da legislação, doutrina e jurisprudência atual, consoante se expõe a seguir.

PRELIMINARES

I - Vícios dos Autos

Não bastassem os argumentos acima serem suficientes para que a Defesa seja acatada, declarando-se nulos os autos acima mencionados, apenas por respeito ao princípio da eventualidade, o autuado salienta que os autos em exame padecem de vícios insanáveis, senão vejamos:

Conforme consta do auto de infração em tela, houve uma suposta violação ao artigo 112, III, código 301, alínea "a" e "b" do Decreto Estadual nº47383/18.

ANEXO III



(a que se refere o art. 112 do Decreto nº 47.383, de 2 de março de 2018)
Valores em Ufemg

Código da infração	301
Descrição da infração	Explorar, desmatar, destocar, <u>suprimir</u> , extrair, danificar ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental, ou em desacordo com a licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental.
Classificação	Gravíssima
Incidência da pena	<u>Por hectare ou fração</u>
Valor da multa em Ufemg	<u>a) em área comum: 500 a 1.500 por hectare ou fração;</u> <u>b) em área de preservação permanente, em reserva legal e em unidades de conservação de uso sustentável cuja posse e o domínio não são públicos: 1.500 a 5.000 por hectare ou fração;</u> c) em unidade de conservação de proteção integral ou de posse e domínio público: 2.000 a 10.000 por hectare ou fração.

O enquadramento da conduta do autuado nos citado código do artigo 112, do referido Decreto estão fundamentados em singelo relato constante dos autos.

Vale lembrar que a autoridade autuante sequer relatou **qual método** foi utilizado para realizar a medição da área e sequer mencionou o estado, quantidade e espécie da lenha que alegou ter sido suprimida.

Isto se deu por um único motivo, **NÃO HOUVE SUPRESSÃO DE ÁREA DE VEGETAÇÃO NATIVA.**

Como pode ser comprovado através das fotografias das máquinas que estavam efetuando o serviço “grade” da área de pastagem e laudos anexos



Além disso, por uma questão de respeito ao princípio da legalidade (art. 5º, inciso II e art. 37 da Constituição da República), a que está sujeita à administração pública, o agente público somente pode praticar um ato e motivá-lo com base em texto expresso de lei, sendo certo que a legislação não permite a discricionariedade nesse caso.

Se o agente público pretende aplicar multa, deverá fundamentar-se em lei vigente e em fatos concretos apurados através do devido processo administrativo e descritos no auto de infração. Não há espaço para a discricionariedade nem para o subjetivismo.

Assim, para que o tipo previsto no art. 112, Código 301, anexo III alínea “a” e “b” do Decreto nº 47383/18 esteja configurado, **é indispensável que a autoridade autuante descreva e especifique quais os métodos utilizados para medir a área suprimida e a quantidade de lenha, bem como que seja realizada perícia por profissional qualificado para especificar se houve supressão de área de vegetação nativa com queima controlada de uma área de 25 hectares ou se houve apenas uma reforma de pastagem em uma área de 14,57 há conforme afirmado pelo recorrente e confirmado por Laudo de profissional competente com ART**

Requer perícia para comprovar o que já está provado com a vasta documentação anexa.

Por não conter fundamentação legal e muito menos técnica para a alegação em questão, os autos em exame apresentam-se viciados e, por consequência devem ser declarados nulos.

Ademais, em que pese o agente contar com “fé-pública” no exercício de seu mister, isto não significa que seus atos não estão dispensados de amparo legal e tampouco o dispensa de fundamentar as suas ações, tudo isto em respeito aos princípios da legalidade, da motivação, da ampla defesa e do contraditório, todos com amparo expresso na Constituição da República.



Não basta, portanto, que o policial simplesmente afirme ter havido a supressão de 25 há de vegetação nativa com queima controlada e haver suprimido 0,37 há em área de preservação permanente. Por óbvio a afirmação deve ser detalhada na fundamentação do auto de infração, sob pena de nulidade do ato.

Com o devido respeito, a simples afirmação de que o réu suprimiu uma área de 25 hectares de vegetação nativa em área comum sem autorização ou licença do órgão ambiental, sem a explicitação dos métodos utilizados pelo fiscal para chegar a tal conclusão e medida, não pode bastar para aplicação de multa alguma.

Permitir este tipo de poder e discricionariedade ao agente fiscalizador, tivesse o autuado procedendo de modo temerário é permitir o pré-julgamento e a condenação do particular de forma unilateral, sumária e sem qualquer possibilidade de defesa ou contraditório por parte do autuado.

Aliás, ressalta-se que a obscuridade e a omissão constatada nos autos em exame impossibilitam a elaboração da defesa contestando os motivos da autuação, violando-se assim os princípios de direito acima ressaltados, por isso também que devem ser declaradas nulas de pleno direito as autuações.

II – Ausência de vínculo entre a descrição das supostas irregularidades

A nulidade dos autos em exame restaram devidamente evidenciadas, nos termos do arrazoadado acima apresentado. No entanto, mais um aspecto dos autos ora em análise, merece ser questionado, notadamente, a ausência de vínculo entre a descrição das irregularidades supostamente constatadas e o embasamento legal.

Ora, da análise dos campos “descrição da infração” e “embasamento legal” constantes do auto de infração em comento, percebe-se que não há mecanismos claros que explicitem o vínculo entre as supostas ocorrências constatadas pelo autuante e os dispositivos legais mencionados.



O preenchimento equivocado e contraditório dos autos gera dúvidas e ainda viola os princípios da motivação, legalidade, publicidade e da segurança jurídica, pelo que devem, de plano serem declarados nulos.

III – Ausência de fundamentação para calcular as multas

Igualmente, outro aspecto dos autos em tela deve ser questionado, qual seja a ausência de fundamentação para calcular o valor das multas aplicadas.

De acordo com a autuação ora **contradita**, o valor total das multas seriam de R\$ 75.000 (setenta e cinco mil UFEMGs), R\$ 10.000 (dez mil UFEMGs), R\$ 25.000 (vinte e cinco mil UFEMGs), correspondentes à infração do artigo acima mencionado.

Com efeito, mesmo fazendo todos os cálculos matemáticos, não há como se chegar a uma conclusão plausível quanto ao valor arbitrado pelo agente autuante para esta infração.

Vejamos:

R\$ 75.000 (setenta e cinco mil UFEMGs) referente a *suprimir uma área de 25 hectares de vegetação nativa em área comum sem autorização ou licença do órgão ambiental competente.*”

A ALIEA “a” NA QUAL O RECORRENTE FOI ENQUADRADO DIZ:

Valor da multa em Ufemg	a) em área comum: 500 a 1.500 por hectare ou fração;

COMO A AUTORIDADE CHEGOU AO VALOR DE 75.000 mil UFEMG, se multiplicando o valor máximo da multa que no seu valor máximo é de 1500 ufemg por 25 hectares chegamos ao valor de 37.500 e não o dobro como constou no item 11?

R\$ 10.000 (dez mil UFEMGs) referente a *“Suprimir uma área de 0,37 hectares de vegetação nativa a menos de 15 metros em área de preservação permanente sem autorização ou licença do órgão ambiental competente.”*

A ALIEA “b” NA QUAL O RECORRENTE FOI ENQUADRADO DIZ:

b) em área de preservação permanente, em reserva legal e em unidades de conservação de uso sustentável cuja posse e o domínio não são públicos: 1.500 a 5.000 por hectare ou fração;

COMO A AUTORIDADE CHEGOU AO VALOR DE 10.000 mil UFEMG, se multiplicando o valor máximo da multa que é, no seu valor máximo de 1500 ufemg por 0,37 hectares chegamos ao valor de 1.500 e não de quase DEZ VEZES MAIS como constou no item 6 da segunda folha?

E ainda:

R\$ 25.000 (vinte e cinco mil UFEMGs) referente a *“Realizar queimada controlada em uma área de 25 hectares sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, área essa objeto da infração 01.”*

b) em área de preservação permanente, em reserva legal e em unidades de conservação de uso sustentável cuja posse e o domínio não são públicos: 1.500 a 5.000 por hectare ou fração;

Suposta infração que sequer cabe no artigo indicado, impossibilitando a defesa a tentar decifrar o cálculo utilizado.

Os cálculos que embasaram o valor de tal multa não foram demonstrados, o que prejudica, mais uma vez o direito de defesa do autuado.

As sanções e penalidades a que estão sujeitos os infratores à legislação ambiental no Estado de Minas Gerais, bem como os seus absurdos e



expropriantes valores, graduação e forma de aplicação, estão previstos no Decreto 47.383/18.

Sendo assim, o que determina as regras a serem seguidas para efeitos de determinação do valor da multa a ser aplicada não é o bel prazer da autoridade autuante e sim a norma vigente.

Ora, mais uma vez os autos em comento violam os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório, vez que não pode o autuado ser compelido ao pagamento de multas cujos valores foram indevidamente mensurados.

A lavratura dos autos, portanto, são manifestamente inadequadas, tendo em vista que não se observou a forma e motivação como *conditio sine qua non* de existência e validade do ato administrativo, posto que, os preenchimentos incorretos dos autos viciam os mesmos, retirando lhes sua certeza e liquidez.

Para tanto, vale lembrar que os atos administrativos devem ser praticados exatamente como determina a lei, consoante o disposto no art. 37 da Constituição da República (princípio da estrita legalidade). Desta forma, os preenchimentos incorretos dos autos acarretam suas nulidades e, por conseguinte, impede que estes gerem quaisquer efeitos jurídicos.

Assim, diante de uma situação em que a administração pública detecta um vício em qualquer dos autos por ela emanados, como no preenchimento dos autos em tela, impõe a sua descaracterização e a invalidação de seus efeitos, por motivo de conveniência e oportunidade.¹

Portanto, torna-se imperiosa a anulação dos autos em tela, por estarem eivados de vícios, não podendo nem devendo prosperar, em atendimento aos princípios constitucionais que regem a administração pública.

IV - Inexistência de dano ambiental



O autuado estava gradeando uma área de pastagem, quando recebeu a autuação, sendo que nunca e em tempo algum suprimiu qualquer área de vegetação nativa, inclusive as árvores que se encontravam lá, lá estão até o momento.

Não houve queima de 25 hectares de vegetação nativa, e sim queima de cipós e árvores de pequeno porte, nunca em 25 hectares e sim em pequena quantidade, o que pode ser comprovado pelas fotografias anexas e laudo com ART.

Clarividente que a autuação foi realizada por pessoa que não detém atribuição técnica para tanto. **Com efeito, o notificante não se trata de um engenheiro agrimensor, um topógrafo, um engenheiro florestal, agrônomo ou biólogo**, por isso que não detém entre suas atribuições competência e conhecimento mínimo necessário para a realização de vistoria e tanto menos de perícia técnica para embasar as autuações.

Tal ação é temerária, pois viola gravemente o direito à ampla defesa e ao contraditório do empreendedor assegurado nos termos do art. 5º, inciso LV da Constituição da República.

Resta claro, portanto, que as autuações violam expressamente o disposto na Constituição Federal e na legislação estadual. Além disso, as mesmas carecem de qualquer razoabilidade, motivo pelo qual hão que ser consideradas ilegais e nulas, o que desde já requer.

VII - DOS PEDIDOS

Ante o exposto, face aos argumentos e fundamentos acima expostos, requer que a presente Defesa seja conhecida e provida, com a descaracterização do auto em tela, declarando-o nulo de pleno direito, com o conseqüente arquivamento e baixa do processo.

Alternativamente, pelo princípio da eventualidade e por dever de cautela, caso a autuação seja considerada válida, requer seja desconsiderado o



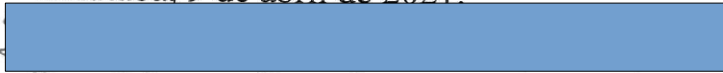


valor excedente e arbitrário constante do auto de infração, por total falta de embasamento legal.

Requer, ainda, que todos os documentos já apresentados no recurso indeferido, façam parte do presente a fim de comprovarem os fatos alegados.

Protesta provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, prova testemunhal, documental e pericial, apresentação de quesitos e assistente técnico bem como a juntada de novos documentos no decorrer do processo.

Termos em que,
Pede deferimento.
Ituiutaba, 9 de abril de 2021.


Dora Marquez Peres Drummond
OAB/MG 93.333

PROCURAÇÃO.

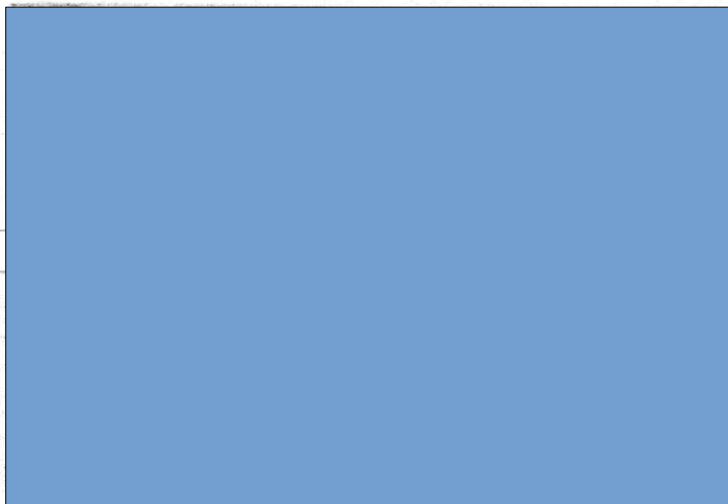
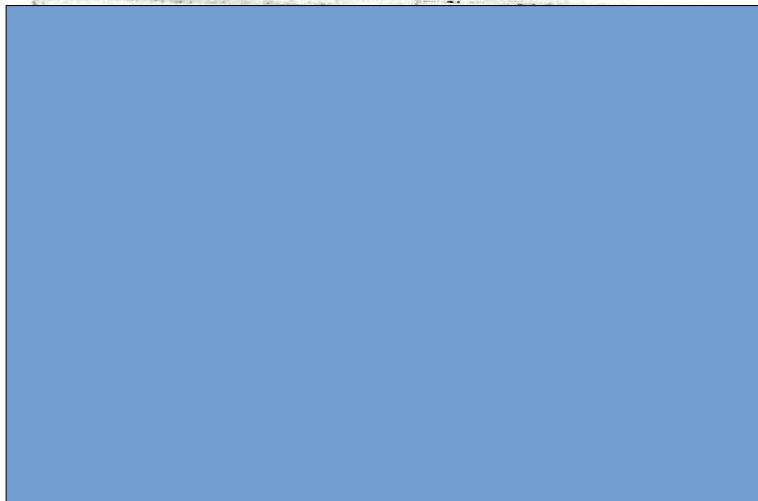
OUTORGANTE(s): JOÃO GOMES DURÃES FILHO, brasileiro, casado, inscrito no [REDACTED], residente e domiciliado na cidade de [REDACTED], [REDACTED].

OUTORGADOS: DORA DRUMMOND SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ 30.290.832/0001-50, na pessoa de sua representante legal, Dora Marquez Peres Drummond, brasileira, casada, inscrita na OAB/MG 93.333 com escritório profissional na cidade de Ituiutaba, na rua [REDACTED].

PODERES: poderes para o foro em geral, com a cláusula ad-judicia, em qualquer juízo, Instância ou Tribunal, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda poderes especiais para acompanhar podendo confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, dar e receber quitação, podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Ituiutaba, 20 de novembro de 2018.

[REDACTED]
João Gomes Durães Filho





SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -

Nome:

JOAO GOMES DURAES FILHO

Endereço:

Município:

ITUIUTABA

UF:

MG

Telefone

Histórico:

Órgão: SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E

Serviço: ANALISE DE IMPUGNACAO

Receita

1081-9 TAXA EXPEDIENTE - SEMAD

Valor

445,67

TOTAL

445,67

Validade

30/12/2021

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL
3 - CNPJ

4 - CPF
5 - OUTROS
6 - RENAVAL

Tipo

4

Número Identificação

Código Município

342

Mês Ano de Referência

30 a 30/12/2021

Nº Documento (autuação, dívida ativa e parcelamento)

4701087332181

NAI - TM

Folha nº99

CMF

Em caso de dúvida quanto ao DAE procure a(o) SECRETARIA ESTADO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Pague nos bancos: BRADESCO - CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MERCANTIL DO BRASIL - SANTANDER - SICOOB

Pague também nos correspondentes bancários: Agências Lotéricas; MaisBB e Banco Postal

Sr. Caixa, este documento deve ser recebido exclusivamente pela leitura do código de barras ou linha digitável.

Linha Digitável: 85600000004 7 45670213211 3 23012470108 0 73321810137 2

Autenticação

TOTAL

R\$

445,67

DAE MOD.06.01.11

85600000004 7 45670213211 3 23012470108 0 73321810137 2



SECRETARIA DE ESTADO DE
FAZENDA DE MINAS GERAIS

DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO ESTADUAL -

Nome:

JOAO GOMES DURAES FILHO

Endereço:

Município:

ITUIUTABA

UF:

MG

Telefone

Autenticação

Validade

30/12/2021

TIPO DE IDENTIFICAÇÃO

1 - INSCRIÇÃO ESTADUAL
2 - INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL
3 - CNPJ

4 - CPF
5 - OUTROS
6 - RENAVAL

Tipo

4

Número Identificação

Código Município
342

Número do Documento

4701087332181

Receita

R\$

445,67

Multa

R\$

Juros

R\$

TOTAL

R\$

445,67

DAE MOD.06.01.11



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
29/04/2021 - AUTO-ATENDIMENTO - 17.20.22
0204600204

COMPROVANTE DE PAGAMENTO



=====
Convenio SECRET. FAZENDA MG
Codigo de Barras 85600000004-7 45670213211-3
23012470108-0 73321810137-2
Data do pagamento 29/04/2021
Valor Total 445,67
=====

DOCUMENTO: 042902
AUTENTICACAO SISBB:
E.E7B.DCD.19F.125.915

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: MG-3134202-8EC2.5650.E09A.40E0.95CD.A377.2F49.8867

Data de Cadastro: 02/05/2016 15:01:34

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Nome do Imóvel Rural: FAZENDA SÃO LOURENÇO		
Município: Itulubá		UF: Minas Gerais
Coordenadas Geográficas do Centróide do Imóvel Rural:	Latitude: 19°04'58,88" S	Longitude: 49°15'47,55" O
Área Total (ha) do Imóvel Rural: 720,9094		Módulos Fiscais: 24,0303
Código do Protocolo: MG-3134202-1572.29A2.2EA6.4A1F.181A.609D.314D.A7AC		

INFORMAÇÕES GERAIS

1. Este documento garante o cumprimento do disposto nos § 2º do art. 14 e § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 2012, e se constitui em instrumento suficiente para atender ao disposto no art. 78-A da referida lei;
2. O presente documento representa a confirmação de que foi realizada a declaração do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural-CAR e que está sujeito à validação pelo órgão competente;
3. As informações prestadas no CAR são de caráter declaratório;
4. Os documentos, especialmente os de caráter pessoal ou dominial, são de responsabilidade do proprietário ou possuidor rural declarante, que ficarão sujeitos às penas previstas no art. 299, do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de setembro de 1940) e no art. 69-A da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
5. O demonstrativo da situação das informações declaradas no CAR, relativas às áreas de Preservação Permanente, de uso restrito e de Reserva Legal poderá ser acompanhado no sítio eletrônico www.car.gov.br;
6. Esta inscrição do imóvel rural no CAR poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, em função do não atendimento de notificações de pendência ou inconsistências detectadas pelo órgão competente nos prazos concedidos ou por motivo de irregularidades constatadas;
7. Este documento não substitui qualquer licença ou autorização ambiental para exploração florestal ou supressão de vegetação, como também não dispensa as autorizações necessárias ao exercício da atividade econômica no imóvel rural;
8. A inscrição do imóvel rural no CAR não será considerada título para fins de reconhecimento de direito de propriedade ou posse; e
9. O declarante assume plena responsabilidade ambiental sobre o imóvel rural declarado em seu nome, sem prejuízo de responsabilização por danos ambientais em área contígua, posteriormente comprovada como de sua propriedade ou posse.





RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: MG-3134202-8EC2.5650.E09A.40E0.95CD.A377.2F49.6867 Data de Cadastro: 02/05/2016 15:01:34

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Foi detectada uma diferença entre a área do imóvel rural declarada conforme documentação comprobatória de propriedade/posse/concessão [720.9072 hectares] e a área do imóvel rural identificada em representação gráfica [720,9094 hectares].

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA



IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO/POSSUIDOR

CPF: 240.688.106-72	Nome: MAURO ANTONIO JUNQUEIRA
CPF: 554.550.346-34	Nome: LUSIA FRANCO JUNQUEIRA
CPF: 160.122.166-53	Nome: JONAS VILELA DE SOUZA

ÁREAS DECLARADAS (em hectares)





NAI - TM
Folha nº103

9ª CIA Mamb

RECIBO DE INSCRIÇÃO DO IMÓVEL RURAL NO CAR

Registro no CAR: MG-3134202-8EC2.5650.E09A.40E0.95CD.4377.2F49.8867 Data de Cadastro: 02/05/2016 16:01:34

Imóvel		Imóvel	
Área Total do Território	720,9094	Área Consolidada	480,9099
Área de Servidão Administrativa	0,0000	Remanescente de Vegetação Nativa	239,3164
Área Líquida do Imóvel	720,9094	Reserva Legal	
APP / Uso Restrito		Área de Reserva Legal	148,6856
Área de Preservação Permanente	75,4996		
Área de Uso Restrito	0,0000		

MATRÍCULAS DAS PROPRIEDADES DO IMÓVEL

Número da Matrícula	Data do Documento	Livro	Folha	Município do Cartório
4204	15/10/1976	2-D	001	Ituiutaba/MG



LAUDO TÉCNICO/PARECER

INTERESSADO: JOÃO GOMES DURÃES FILHO
PROPRIEDADE: FAZENDA SÃO LOURENÇO
LUGAR: SÃO LOURENÇO
MUNICIPIO: ITUIUTABA - MG

NOVEMBRO/2018

1- IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO (Interessado)

Nome: João Gomes Durães Filho.

2- IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Propriedade: São Lourenço – Lugar São Lourenço

Município: Ituiutaba – MG

Distrito: Sede

Área Total: 360,4536 ha – Mat. 1.204 do SRI do 1º Ofício de Registro de Imóveis-MG.

Vias de Acesso: Saindo de Ituiutaba sentido ao Prata por estrada de terra, pela estrada do São Lourenço, seguir por 22,6km, daí a direita seguir por 0,45km, daí novamente a direita por mais 2,2km até a sede do imóvel.

3- OBJETIVO

Realização de vistoria técnica no imóvel denominado Fazenda São Lourenço, localizado no Município de Ituiutaba-MG, de propriedade de João Gomes Durães Filho, para fins de elaboração de Laudo Técnico com parecer no que se refere a Reserva Legal e atividades desenvolvidas na propriedade, mostrando a distribuição da mesma quanto a ocupação do solo, através de levantamento topográfico conforme plantas em anexo.

4- CARACTERÍSTICAS DA ÁREA VISTORIADA

A propriedade tem como rede hidrográfica o Ribeirão São Lourenço e uma pequena vertente que corta a propriedade, integrante da bacia do Rio Tijuco e Rio Paranaíba. Os recursos naturais estão representados por vegetação de cerrados nativos e áreas em APP's nativa, com grande diversidade biológica, porém não foram encontradas espécies raras exóticas. Abaixo segue as distribuições das reservas, conforme mapa em anexo.

A- RESUMO DO USO DO SOLO- MATRICULA 1.204

ESPECIFICAÇÃO	%	ÁREA-HA
Reserva Florestal Cerrado Nativo	20,00	72,09
APP Nativa e brejo	05,04	18,19
APP em regeneração	07,60	27,40

Cerrado Nativo Remanescente	07,36	26,56
Pastagens	54,20	195,3036
Cultura de Eucalipto	04,08	14,71
Estradas/ Benfeitorias	01,72	06,20
Total Geral	100,00	360,4536

B- ALGUMAS ESPÉCIES ENCONTRADAS NA ÁREA DE CERRADO E APP.

Planta
Amarelinho
Amargoso
Araticum
Barbatimão
Barú
Cambuata
Faveira
Guarita
Jatobá
Lixeira
Macaúba
Pau Pombo
Pau Terra
Pororoca
Pimenta de Macaco

5- DA VISTORIA

.Na data de 16/11/2018, por solicitação do Proprietário do imóvel acima descrito, a fim de proceder vistoria para elaboração de laudo técnico com parecer referente a área de Reserva Legal e demais serviços executados na propriedade, onde em sua companhia

fizemos visitas 'in-loco' para comprovação do estágio das construções, reforma de pastagens e cercas e outros, onde fotografamos e colhemos informações para embasamento nos comentários e conclusão que segue abaixo, a saber:

. A propriedade é objeto da matrícula 1.204 do 1º SRI de Ituiutaba-MG, com área total de 720,9072 hectares, tendo juridicamente como proprietários Lusía Franco Junqueira e Mauro Antônio Junqueira, os quais com 50% do imóvel cada, ou seja, 360,4536 hectares para cada.

. A área encontra-se em sua totalidade Georreferenciada e devidamente dividida em duas glebas distintas, contudo ainda não registrada por motivos de ser objeto de Inventário e o mesmo encontra-se em curso na Justiça, por conta do falecimento de Mauro Antônio Junqueira, cuja sua parte, através de sua herdeira, foi vendida ao João Gomes Durães Filho, interessado na elaboração deste laudo, através de Contrato de Compra e venda.

. A área de cobertura vegetal destinada a Reserva Legal correspondente a compra de 50% da propriedade é devidamente averbada com área de 72,09ha, possuindo ainda mais 26,56ha de cerrado remanescente, o qual conforme as leis ambientais pode ser suprido, através de projeto de supressão com destoca junto ao Órgão IEF local de Ituiutaba-MG. Possui ainda 18,19ha em área de APP Nativa e de Brejo e 27,40ha em APP em Regeneração, fechando a área de uso de solo com 195,3036ha em pastagens, 14,71ha em cultura de Eucalipto e 06,20ha em área de estradas e construções.

. As áreas em APPs e áreas de Reserva legal de Cerrado Nativo e a área remanescente de Cerrado Nativo encontram-se devidamente preservadas, com cerca em parte e parte a cercar. Contudo onde não há cerca não há possibilidade de acesso de animais (bovinos), devido às condições do terreno, ou seja, lugares de grota, vegetação muito densa e outros úmidos.

. Encontra-se em curso a construção de uma nova sede e barracão para depósito, em virtude das existentes estarem em péssimo estado de conservação, não compensando uma reforma, preferindo assim a demolição das mesmas. A construção de cercas vem sendo realizada gradativamente, de acordo com o cronograma físico da administração, uma vez que o custo da construção é relativamente muito alto, porém as reformas são cotidianas, com supervisão diária dos funcionários, evitando assim que os animais adentrem a áreas vizinhas e em áreas de APP dentro da propriedade.

. Na propriedade adotam medidas na conservação do solo através de marcação e construção de curvas de nível ou terraço, facilitando assim a infiltração da água no solo, evitando-se de forma sistemática as erosões laminares e outras, bem como prevenção sistemática contra incêndios, através de realizações de aceiros nas cercas e inspeção periódica da área no sentido de proibição total para caça e pesca ou outra atividade predatória, bem como combate sistemático no controle de formigas e plantas daninhas.

. Não fora encontrado nenhuma evidência de caça a animais silvestres e de pesca de forma intensiva e predatória (redes, tarrafas, etc), assim como irregularidades relacionadas com o manejo da vegetação nativa e APPs.

. No mapa em anexo, mostra a distribuição geral do uso do solo, como pode ser comprovado o proprietário visando viabilizar o empreendimento, organizou um cronograma que constituiu em adotar técnicas agronômicas para renovação de pastagens, utilizando da técnica de roço através de roçadeiras apropriadas para áreas mais degradadas e sujas, que somaram 14,57ha, cujas mesmas degradadas há anos, porém com pastagens de má qualidade, com predominância de plantas daninhas as pastagens, destacando o capim rabo de burro e lobeiras, tornando muito baixa a porcentagem de unidade animal por hectares.

. Com as técnicas de roço, gradagem, bem como adubação do solo, plantio de sementes certificadas, a propriedade proporciona uma excelente alimentação em quantidade e qualidade nutritiva aos animais, lembrando que o sistema de pastejo contínuo os animais permanecem na área de pastagens durante todo ano.

. Na área gradeada podemos comprovar que todo manejo de conservação de solo foi aplicado, com construção de bolsões, curvas de nível em parte da área, bolsões as margens da estrada vicinal, bem como adubação no plantio.

. Verificamos também em pontos isolados o vestígio de queima de restos de árvores secas de pequeno porte, juntamente com cipós, os quais para manejo adequado há a necessidade de amontoar lhes, de forma a não trazer risco a acidentes quando dos trabalhos dos operadores de máquinas.

6- CONCLUSÃO

Isso acima exposto, concluímos que para a viabilidade econômica da propriedade, manejo adequado das pastagens, conservação de solo e proteção das reservas legais e APPs, os trabalhos executados na propriedade foram de grande valia técnico-econômica, lembrando que todos feitos contribuem em muito para o meio ambiente, no que podemos destacar a contribuição dos bolsões e curvas de nível que evitar as erosões, protegendo de forma sistemática o assoreamento dos córregos e nascentes, melhora a infiltração de água no solo, enriquecendo o lençol freático da área.


Salientamos ainda que a propriedade encontra-se dentro dos padrões exigido pelo meio ambiente, cuja área há um excedente de Cerrado Nativo em 26,56 hectares, além de 45,59ha em áreas de APPs e ainda 14,71ha em Cultura de Eucalipto, os quais já com plantas adultas, bem como a área de 72,09ha averbado em Reserva Legal, o que somados todos estas áreas, representa um percentual de aproximadamente de mais de 44,08% da ocupação do solo em áreas destinadas ao meio ambiente, ou seja, menos de 56% de área consolidada para desenvolvimento do empreendimento econômico da propriedade.

Ademais, com todo empenho em tornar-se viável a exploração de bovinocultura de criação extensiva, fica claro e comprovado que a ação tomada pelo proprietário é de caráter único e objetivo, de integrar desenvolvimento sustentável com ganho econômico, haja vista que sem estas feitas a propriedade tornaria totalmente improdutiva, causando sérios prejuízos aos proprietários.


7- APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

Diante dos trabalhos realizados, seguem em anexo o mapeamento da área, designando a disposição da reserva legal averbada em área em APP, com discriminação do uso do solo. Apresentamos também em anexo fotos dos lugares vistoriados e ART junto ao CREA-MG.

Ituiutaba, 16 de Novembro de 2018.

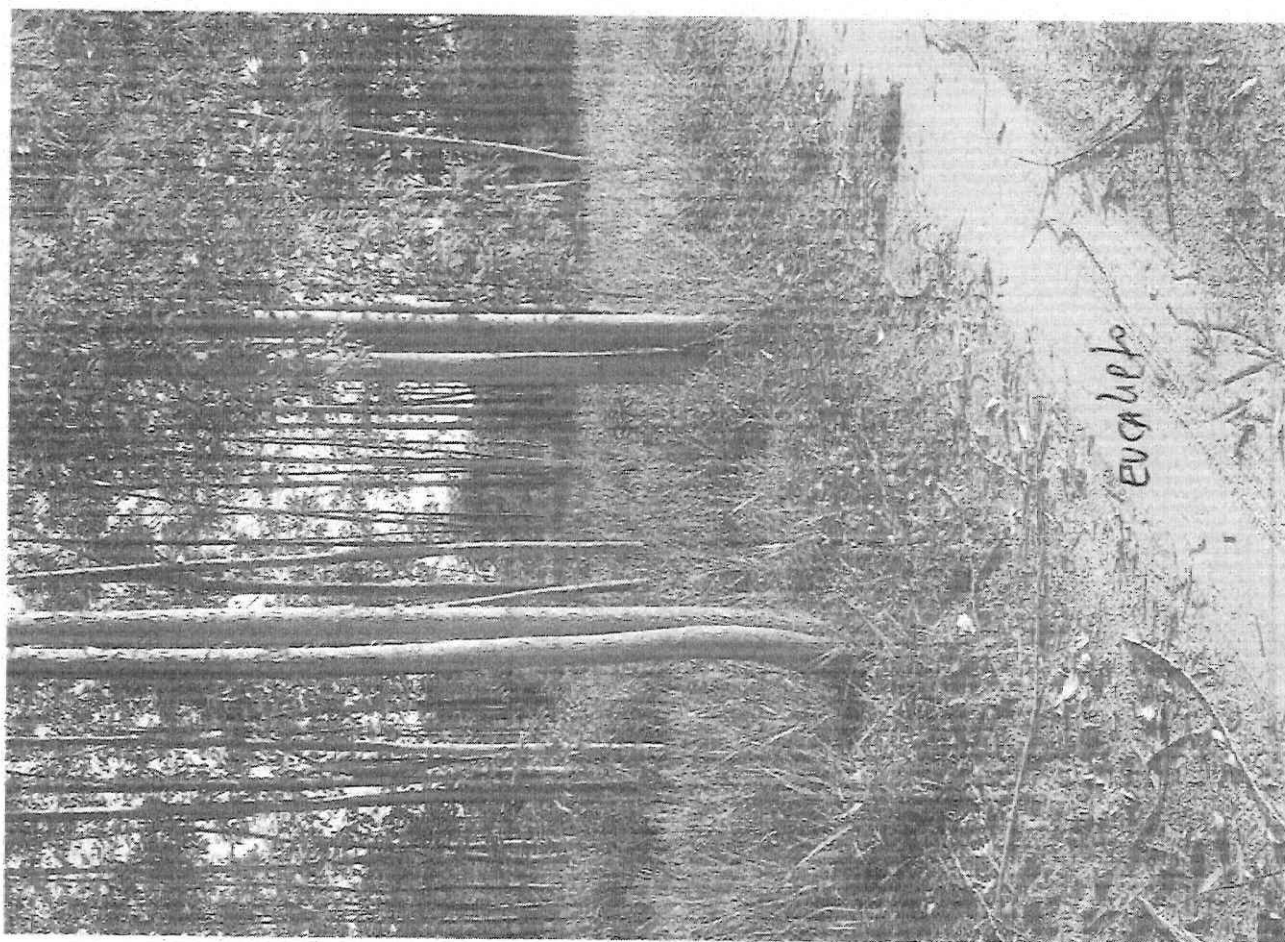


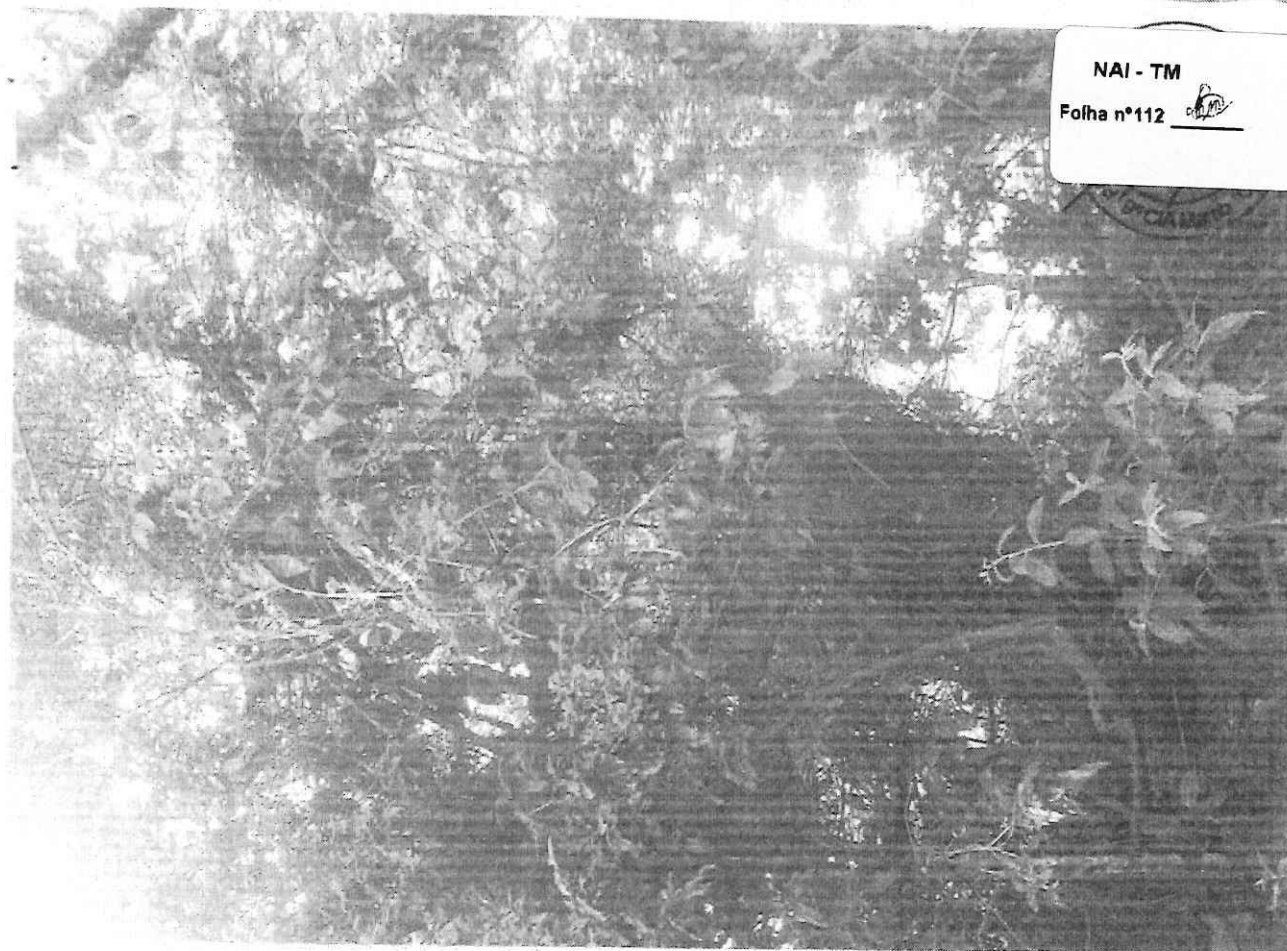
Adelcides Vasconcelos Junior
Agrimensor e Técnico em Agropecuária
CREA-SP: 154.824/TD



Halysson Joarez Rezende
Engenheiro Agrônomo
Crea-MG: 146.179/D



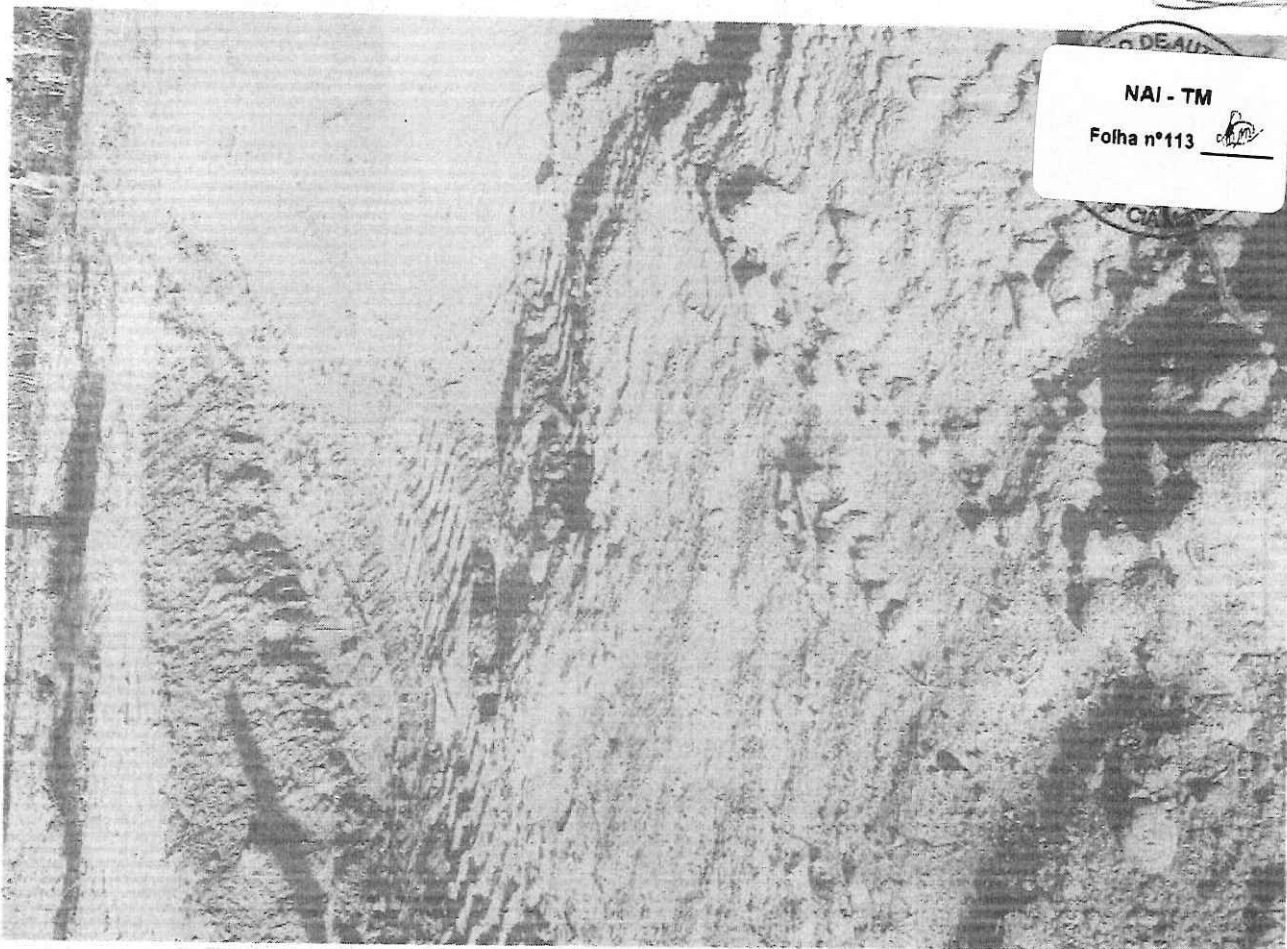




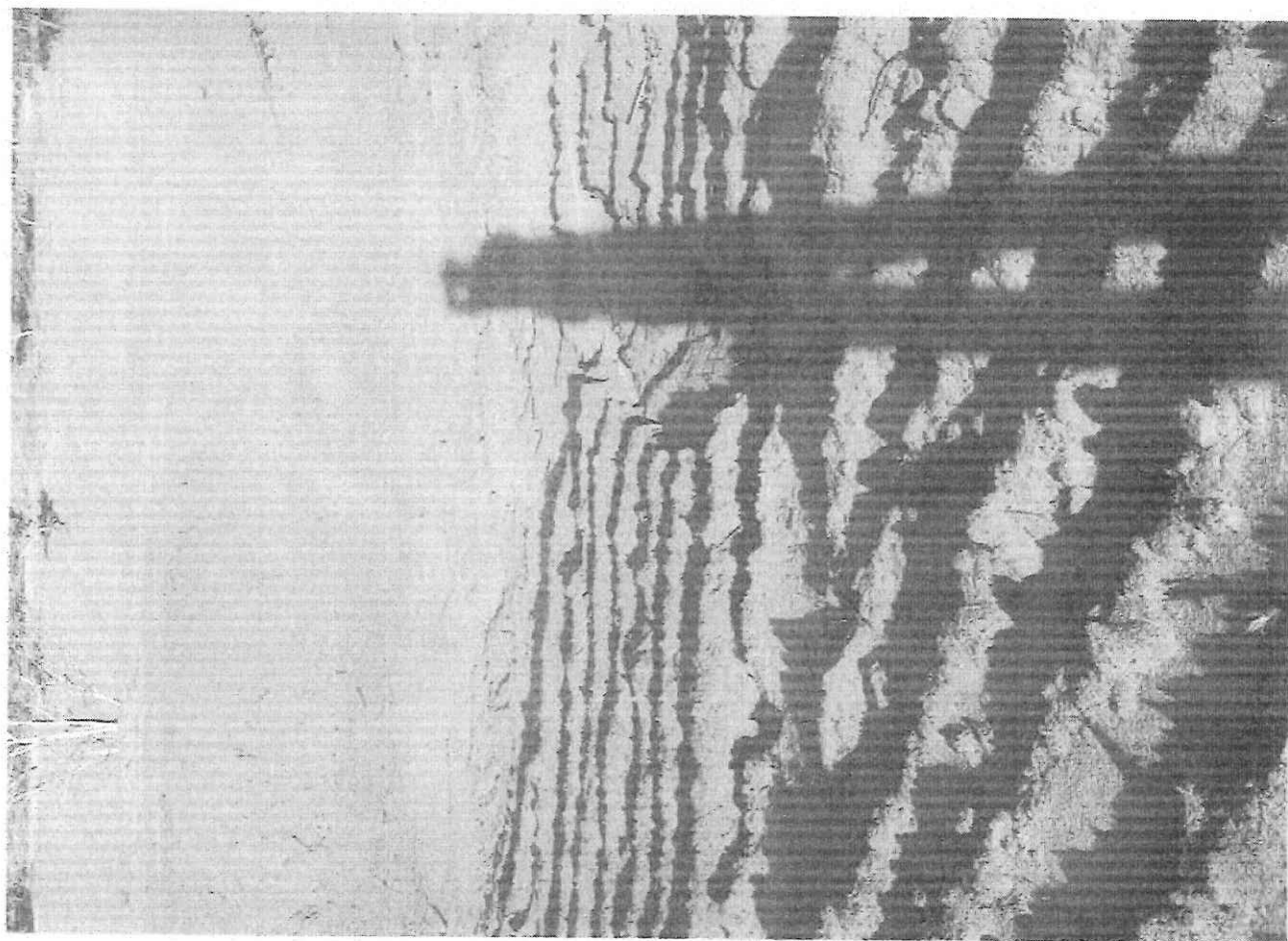
NAI - TM
Folha nº112

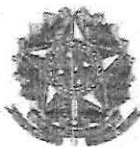
RESERVA





Bolsões





Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Via da Obra/Serviço

Página 1/1

CREA-MG

ART de Obra ou Serviço
14201800

NAI - TM

Folha nº114



1. Responsável Técnico

ADEL CIDES VASCONCELOS JUNIOR

Título profissional:

TECNICO EM AGRIMENSURA; TECNICO EM AGROPECUARIA;

RNP: 2606268334

Registro: 06.4.0000154824

9º CIA Mamb

2. Dados do Contrato

Contratante: JOÃO GOMES DURÃES FILHO

Valor: 200,00

Tipo de contratante: PESSOA FÍSICA

3. Dados da Obra/Serviço

Lote: FAZENDA FAZENDA SÃO LOURENÇO

Complemento: SEDE

Cidade: ITUIUTABA

Data de início: 10/11/2018 Previsão de término: 20/11/2018

Finalidade: AMBIENTAL

Proprietário: JOÃO GOMES DURÃES FILHO

Bairro: ZONA RURAL

UF: MG

Nº: 000000

4. Atividade Técnica

1 - ELABORAÇÃO

LAUDO, AGRONOMIA, PARA OUTROS FINS (DETALHAR NO CAMPO OBSERVAÇÕES)

Quantidade:

Unidade:

1.00

un

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

LAUDO TECNICO PARA COMPROVAÇÃO DE ESTAGIO AMBIENTAL E CONDIÇÕES ATUAL AS RESERVAS LEGAIS E DEMAIS INFORMAÇÕES.

6. Declarações

7. Entidade de Classe

ASSOC. DÓS ENG. AGRON. E TÉCNICOS DO PONTAL DO

8. Assinaturas

Declaro ser responsável pelas informações acima

19 de Novembro de 2018

ADEL CIDES VASCONCELOS JUNIOR

RNP: 2606268334

JOÃO GOMES DURÃES FILHO

CPF: 721.511.965-15

Valor da ART: 82,94

Registrada em: 19/11/2018

Valor Pago: 82,94

Nosso Número: 0000000004762385

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mg.org.br ou www.confea.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

VALOR DA OBRA: R\$ R\$200,00. ÁREA DE ATUAÇÃO: MEIO AMBIENTE.

www.crea-mg.org.br | 0800.0312732



CREA-MG



PARECER
AUTUADO: JOÃO GOMES DURÃES FILHO
CNPJ/CPF: [REDACTED]
PROCESSO ADMINISTRATIVO CAP: 627923/18
AUTO DE INFRAÇÃO: 60631/2018
BOLETIM DE OCORRÊNCIA: 2018-049474929-001

Anexo	Código	Descrição da Infração
III	301-A	I – Suprimir uma área de 25 hectares de vegetação nativa em área comum sem autorização ambiental;
	301-B	II – Suprimir uma área de 0,57 hectares de vegetação nativa a menos de 15 metros em área de preservação permanente sem licença ambiental;
	311-B	III – Realizar queima controlada em uma área de 25 hectares sem autorização ambiental, objeto da infração I.

1 RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado a partir da lavratura do Auto de Infração nº.60631/2018 do dia 05/11/2018 vez ter sido constatado durante a fiscalização foram suprimidas áreas de vegetação bem como realizado queima de material lenhoso sem autorização ambiental.

O referido Auto de Infração foi lavrado, com fundamento no art. 112 Decreto de nº. 47.383/2018 e pela prática da infração supramencionada fora aplicada a penalidade de multa simples no valor total de 110.000 UFEMG.

Apresentada defesa, esta foi julgada improcedente, pois conforme parecer processual, o recorrente não trouxe aos autos argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, sendo que não se desincumbiu de comprovar o alegado, sendo mantida a penalidade aplicada no auto de infração.

O recorrente foi notificado da decisão do processo nos termos do artigo 43, do Decreto Estadual 44.844/2008, sendo que inconformado com a decisão, interpôs recurso conforme previsto no artigo 66 do citado Decreto.

Em sede de recurso o recorrente alega ausência de fundamentação na decisão, no mérito que a área suprimida se trata de área de pastagem, que houve apenas reforma de pasto, alega ainda vícios quanto ao valor aplicado e a área suprimida de 25 hectares; e ausência de dano ambiental.

É o relatório.



2 FUNDAMENTO

Ultrapassado o breve relatório, há que se adentrar a análise das razões recursais, a fim de demonstrar, ao final, que não merece guarida as questões postas pelo Recorrente, senão vejamos.

Princípio da Motivação

Aduz que a motivação exposta no parecer jurídico não logrou êxito em desqualificar as teses arguidas pelo recorrente, no entanto, a recorrente enumera diversos pontos que deveriam ter sido analisados e que, segundo seu entendimento, foram omitidos no parecer que lastreou a decisão combatida.

A fundamentação, mesmo que modesta, é exigência constitucional, conforme previsto no art. 93, inciso IX, da CF/88, que assim, determina: "todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade".

Outrossim, usando de analogia ao art. 165 do Estatuto Processual Civil recomenda: "*As sentenças e acórdãos serão proferidos com observância do disposto no art. 458; as demais decisões serão fundamentadas, ainda que de modo conciso*".

Portanto, a lei admite concisão, breve fundamentação e desnecessidade de exposição circunstanciada. O que gera a nulidade da decisão não é a escassez de sua fundamentação, mas a sua absoluta ausência.

No presente caso, nem mesmo se pode dizer que o parecer apresentou fundamentação sucinta, uma vez que houve apreciação detalhada dos motivos que determinaram a improcedência dos pedidos do autuado, sendo absolutamente desnecessário tecer considerações delongadas acerca de cada ponto apresentado na defesa que, reitero, algumas vezes representam apenas reiteraões sob enfoque diverso, e ainda argumentos meramente protelatórios.

Desse modo, presentes todas as razões de convencimento da autoridade decisória, explanadas de forma suficiente, não procede a pretensão de declaração de nulidade da decisão, nem tão pouco do Auto de Infração. Sendo assim, não prevalece o argumento do Autuado, pois a decisão foi motivada com base em parecer encostado nos autos, obedecendo a legislação e orientação administrativa, cumprindo, assim, o princípio da motivação dos atos administrativos.

Quanto ao presente Auto de Infração cumpre esclarecer, que o mesmo está em conformidade como o princípio da motivação. Motivar nada mais é que expor/explicitar, por escrito, os motivos, pressupostos de fato (conjunto de circunstâncias, de acontecimentos, de situações) e de direito (dispositivo legal em que se baseia o ato) que servem para fundamentar o ato administrativo.



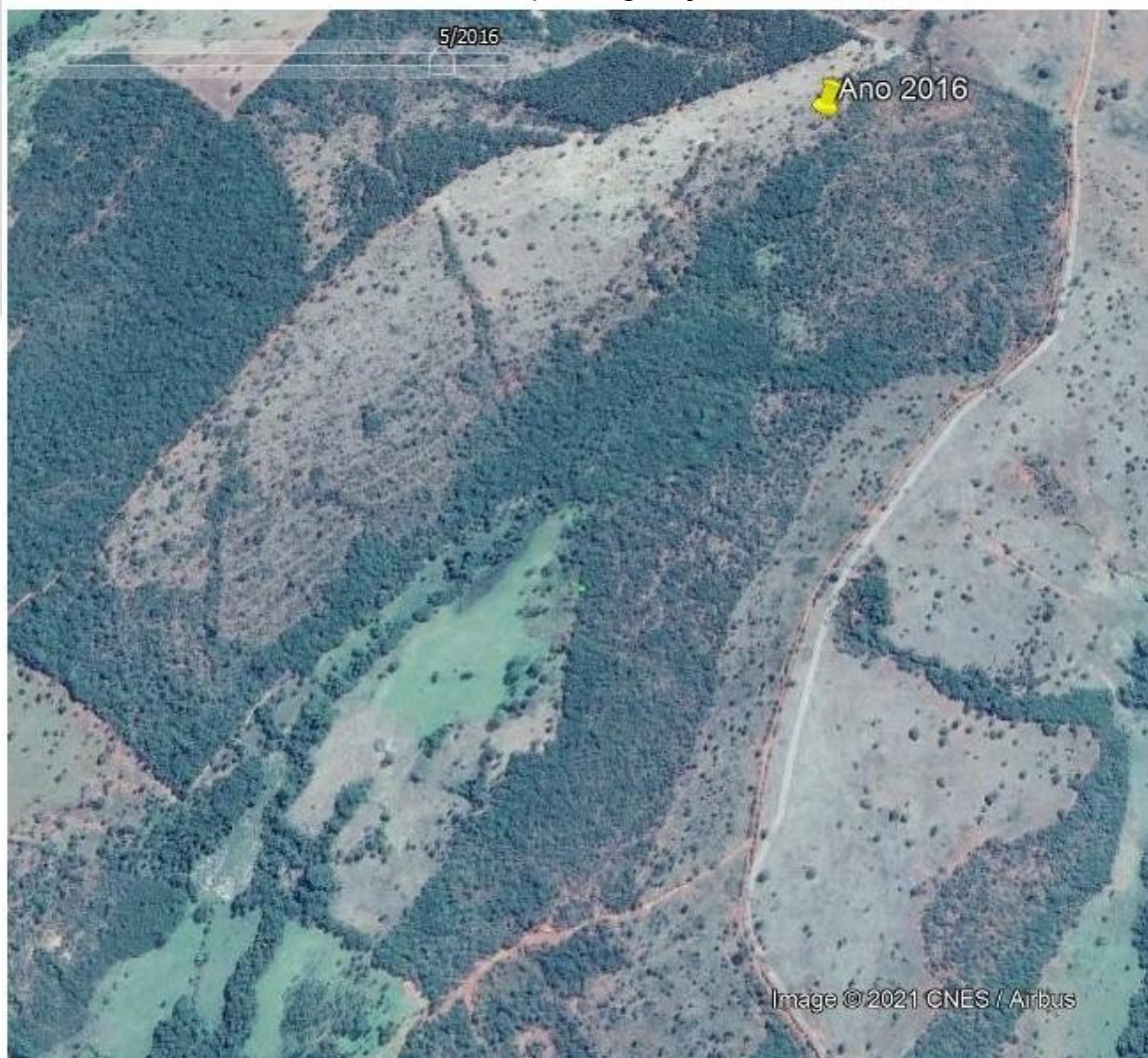
No caso em foco, o ato administrativo está devidamente motivado no próprio instrumento do Auto de Infração, onde se encontra o dispositivo legal violado, bem como as penalidades a serem impostas. O Auto de Infração também explicita o fato constitutivo da infração, o qual está devidamente detalhado no Boletim de Ocorrência/Auto de Fiscalização.

Desta maneira, não há que se falar em qualquer vício na autuação contra a qual se insurge a recorrente, nem no processo administrativo relativo à mesma, que enseje sua nulidade.

Da infração constatada

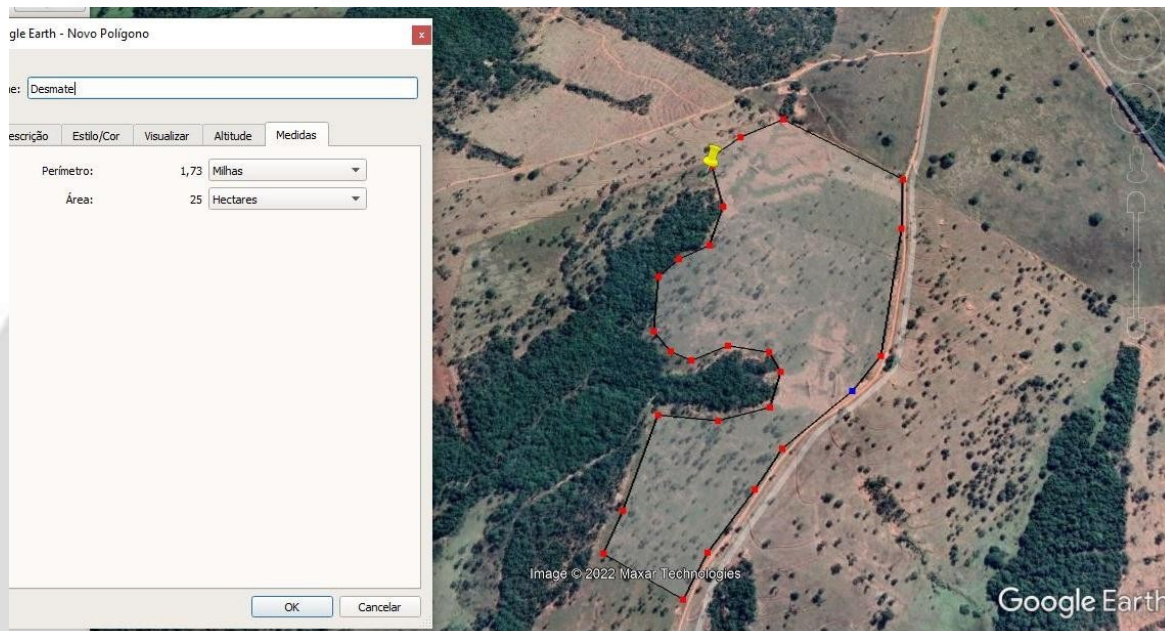
Alega em apertada síntese se tratar de limpeza de pastagem, sendo que não houve supressão de vegetação, no entanto pelas simples imagens colhidas junto ao sistema google Earth, na data de 23/02/2022 às 09h15min, se observa que a área era ocupada por vasta e densa vegetação e que foi suprimida sem a devida autorização ambiental, senão vejamos:

Area em 05/2016 totalmente coberta por vegetação





Area já suprimida em 2018



Também se pode verificar que a área corresponde a exatamente 25 hectares de área suprimida.

Ao alegar que não houve retirada de material lenhoso, pois não foi constatado no local, justamente porque foram queimados bem como enterrados conforme se comprovam as fotografias anexadas ao boletim de ocorrência.

Do valor da multa simples

Argumenta que os valores encontrados para aplicação da multa simples estão em contradição com os valores estipulados pelos códigos do Decreto Estadual.

No entanto, conforme reza o artigo 84: “A reincidência específica implica na fixação do valor base da multa no máximo da faixa, em dobro”.

Dessa forma, temos que o auto de infração utilizado como fato de aplicação de reincidência AI n. 75929/2018, se trata de mesmo tipo infracional Código 301, logo se enquadra no conceito de reincidência específica, nos moldes do artigo 81, §2º.

Assim é que a multa aplicada na infração I, foi utilizado o valor do máximo do código 301-A de 1500 por hectare = $1500 \times 25 \times 2$, resultando em 75000 UFEMG.

Na infração II, foi utilizado o valor do máximo do código 301-B = 5000×2 , resultando em 10000 UFEMG.



Na infração III, foi utilizado o valor do máximo do código 311-B por hectare = 500 x 25 x 2, resultando em 25000 UFEMG.

Princípio da razoabilidade e proporcionalidade

O autuado alega que houve a violação do princípio da proporcionalidade e da razoabilidade. Razão na lhe assiste, haja vista que o agente ambiental indica as sanções, ou seja, consigna no campo próprio do auto de infração o valor que o Decreto Estadual 47.383/2018 estabelece para a infração, levando em consideração os parâmetros estabelecidos nos anexos e seus respectivos códigos de infrações, e, assim, dá-se início ao devido processo legal de apuração da conduta lesiva ao meio ambiente.

Ocorre que a multa por infração à legislação ambiental tem por objetivo reprimir/prevenir a degradação/poluição ao meio ambiente, sendo assim, não há que se falar que houve violação de princípios na sanção pecuniária, haja vista que houve estrita aplicação das normas ambientais em vigor.

Assim, por todo o exposto, opinamos pelo **IMPROVIMENTO DO RECURSO**, com a manutenção da decisão administrativa de primeiro grau.

Assim sendo, apresenta-se o Processo Administrativo à Egrégia Unidade Regional Colegiada do COPAM Triângulo Mineiro para julgamento.

Uberlândia, 20 de maio de 2022	
Víctor Otávio Fonseca Martins Gestor Ambiental	
De acordo: Paulo Rogério da Silva Diretor de Controle Processual	